



COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ 04.368.898/0001-06
Companhia de Capital Fechado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dezembro – 2004

SENHORES ACIONISTAS 6

CENÁRIOS 7

Cenário Internacional 7

Cenário Nacional 7

Cenário Local 8

Cenário do Setor Elétrico 8

DESTAQUES 10

Principais Acontecimentos em 2004 11

A EMPRESA 11

GESTÃO 12

Planejamento Estratégico 12

Governança Corporativa 13

Programa de Investimentos 14

Público Interno 14

Segurança 15

Tecnologia da Informação 17

Reconhecimento 18

Auditoria Externa 18

DESEMPENHO OPERACIONAL 19

Mercado 19

Tarifas e Política de Descontos 22

Inadimplência 24

Qualidade de Energia 25

Tempo Médio de Atendimento 27

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 28

Resultado 28

EBITDA 29

Resultado Financeiro 30

Fluxo de caixa 31

DESEMPENHO SÓCIOAMBIENTAL 33

A Copel e o Pacto Global 33

Programas e Ações Ambientais 37

AGRADECIMENTOS 40

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 41

Balço Patrimonial 41

Demonstração do Resultado 43

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 44

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos 45

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos 46

Demonstração do Valor Adicionado 47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 49

1.Contexto Operacional 49

2.Concessões 49

3.Apresentação das Demonstrações Contábeis 50

4.Principais Práticas Contábeis 50

5.Acordo Geral do Setor Elétrico 52

6.Disponibilidades 53

7.Consumidores e Revendedores 54

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa 56

9. Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná 56

10. Impostos e Contribuições Sociais 57

11. Conta de Compensação da "Parcela A" 60

12. Outros Créditos 61

13. Imobilizado 63

14. Empréstimos e Financiamentos 65

15. Debêntures 68

16. Fornecedores 69

17. Provisões Trabalhistas 69

18. Benefício Pós-Emprego 70

19. Taxas Regulamentares 70

20. Outras Contas a Pagar 71

21. Provisões para Contingências 71

22. Patrimônio Líquido 72

23. Receita Bruta de Vendas e Serviços 72

24. Deduções da Receita Operacional 73

25. Energia Elétrica Comprada para Revenda 74

26. Despesas Operacionais 74

27. Pessoal 75

28. Planos Previdenciário e Assistencial 75

29. Resultado Financeiro 77

30. Resultado Não-Operacional 77

31. Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social 78

32. Atualizações Tarifárias 78

33.Mercado Atacadista de Energia – MAE 79

34.Participações nos Resultados 81

35.Seguros 81

36.Detalhamento da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos 83

37.Eventos Subseqüentes 85

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o conjunto das Demonstrações Contábeis da Empresa elaborado conforme os ditames da legislação societária relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003. O resultado da Companhia está inserido no Balanço Consolidado da Companhia Paranaense de Energia – Copel, bem como as atividades desenvolvidas no curso do exercício.

CENÁRIOS

Cenário Internacional

O ano de 2004 destacou-se pela forte recuperação do comércio internacional, que continua a ser um importante propulsor do crescimento, devido ao ambiente de baixa inflação e baixas taxas de juros, experimentado pela atual ordem econômica mundial. Os Estados Unidos continuaram a ser o principal indutor do desenvolvimento, mas a maioria das regiões apresentou melhora no desempenho econômico. O Japão registrou o melhor desempenho dos últimos anos e, entre as economias industrializadas, a área do euro situou-se praticamente isolada com ritmo de crescimento mais lento. Este ano também foi um dos melhores das últimas três décadas para as economias emergentes, que têm apresentado desenvolvimento em várias partes do mundo. Tem ocorrido crescimento acelerado não somente na Ásia emergente - incluindo China e Índia - mas também nas economias em transição na Europa, incluindo Rússia, Ucrânia e novos membros da União Européia - onde o processo da evolução até o momento não tem sido afetado pela menor velocidade da área do euro. Melhorias têm ocorrido também em muitas partes da África e Oriente Médio. Neste contexto, o Produto Interno Bruto - PIB mundial apresentou o maior acréscimo dos últimos anos, estimado em torno de 5% pelo Fundo Monetário Internacional - FMI.

Cenário Nacional

O Brasil aproveitou o ambiente favorável para o comércio global e aumentou suas vendas externas, através da ampliação da base exportadora de produtos, destinos e empresas. Além do número de novas empresas exportadoras triplicar de 336 do ano anterior para 1.020 em 2004, aumentou o número de pequenas e médias empresas entre as novas, totalizando 90% delas. A diversificação da pauta obteve resultado semelhante, incluindo 600 novos produtos. Dos US\$ 96,4 bilhões exportados em 2004, US\$ 54,4 bilhões foram de bens manufaturados, US\$ 28,5 bilhões representaram vendas de insumo e US\$ 13,5 bilhões referiram-se a semimanufaturados. O destino das vendas também avançou em 2004, atingindo países que há bem pouco tempo mantinham volume de comércio pouco expressivo com o Brasil, como é o caso da Polônia, para onde as exportações cresceram 21,4%. Estes acréscimos no volume de exportações, fator que associado ao aumento do crédito especialmente no primeiro semestre do ano contribuiu amplamente para aumentar a produção industrial em 8,3%, foram de grande importância para o crescimento econômico do país e resultaram numa elevação de 5,2% do PIB em 2004.

Cenário Local

Embora os volumes colhidos na safra agrícola de 2004 tenham sido menores que os do ano anterior, o Paraná apresentou incremento nas atividades ligadas ao agronegócio e ampliação das alternativas de produtos vendidos ao exterior. Além de aumentar a base exportadora de produtos, o Estado evoluiu nos números de empresas exportadoras e de países com os quais mantém relações comerciais, registrando aumento de 31,4% no volume das exportações, que somaram US\$ 9,4 bilhões.

O saldo da balança comercial neste período aumentou 46,4% em relação a 2003, totalizando US\$ 5,4 bilhões. Este conjunto, associado à cotação favorável das *commodities* agrícolas no mercado internacional, proporcionou maior renda agrícola. Com relação ao setor secundário, a produção industrial paranaense superou a média nacional com aumento de 10,1%, observando-se forte incremento na fabricação de veículos automotores, edição e impressão e máquinas e equipamentos, que variaram positivamente em 50,6%, 39,7% e 21,4%, respectivamente. A evolução da indústria automobilística deve-se principalmente à venda de veículos com preço mais acessível e à maior escala de produção. O setor de edição e impressão deve seu desempenho ao aumento nas encomendas governamentais de livros e impressos didáticos, enquanto o de máquinas e equipamentos cresceu em função do aumento da produção de uma série de bens manufaturados, com destaque para as máquinas destinadas às indústrias de celulose, papel e papelão. O volume de vendas no comércio varejista no Paraná aumentou 11,2% em 2004, enquanto que no país o crescimento foi de 11,4%. Destacam-se as vendas de móveis e eletroeletrônicos, que cresceram 29,4% no Paraná e 23,5% no Brasil.

Cenário do Setor Elétrico

No cenário regulatório, 2004 foi marcado pelo detalhamento das regras do novo modelo do setor elétrico, instituído pela Lei 10.848/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.163/2004. O principal acontecimento do novo modelo foi o Mega Leilão de Energia Elétrica realizado em 7 de dezembro de 2004, onde foram negociados 17 mil MW médios de energia de empreendimentos já existentes. O valor total negociado chegou a R\$ 74,9 bilhões e o evento teve a participação de 35 distribuidoras como compradoras e de 18 geradoras como vendedoras. As empresas fecharam contratos com prazo de duração de oito anos e entregas programadas a partir de 2005, 2006 e 2007. Foram comercializados 9.054 MW médios para entrega a partir de 2005, 6.782 MW médios para 2006 e 1.172 MW médios para 2007.

Embora a Companhia tenha informado ao MME a necessidade de aquisição de 1003 MW médios, 438 MW médios e 0 MW médio, para aqueles períodos, devido ao mecanismo do leilão a energia efetivamente comprada foi 992 MW médios e 402 MW médios para 2005 e 2006, respectivamente.

Um importante marco regulatório para o segmento de distribuição foi à publicação da Portaria MME/MF nº 361, de 26.11.2004, incluindo o Proinfa na Conta Variações de Itens da Parcela A - CVA de compra de energia.

DESTAQUES

Copel Distribuição em Números	2004	2003	Δ %
Financeiros - R\$ milhões			
Receita Operacional	4.889,9	3.984,5	22,7
Receita Operacional Líquida	3.430,6	2.786,4	23,1
EBITDA ou LAJIDA	273,7	(80,0)	442,1
Lucro Líquido	207,0	(75,7)	373,4
Patrimônio Líquido	1.370,1	1.163,2	17,8
Indicadores Econômico-financeiros			
Liquidez Corrente (índice)	1,04	1,10	(5,5)
Margem operacional Líquida (%)	3,83	(7,81)	149,0
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	17,80	(6,11)	391,3
Endividamento do patrimônio líquido (%)	56,03	61,27	(8,6)
- Em moeda nacional (%)	47,37	49,22	(3,8)
- Em moeda estrangeira (%)	8,66	12,04	(28,1)
Atendimento			
Unidades Consumidoras	3.180.070	3.095.489	2,7
Empregados	4.826	4.466	8,1
Consumidores por empregado na Distribuição	659	693	(4,9)
Número de municípios atendidos	393	393	-
População Total atendida	9.393.668	9.275.751	1,3
- Urbana(*)	7.956.197	7.824.939	1,7
- Rural (*)	1.437.471	1.450.812	(0,9)
Mercado			
Área de concessão (km ²)	194.854	194.854	-
Distribuição direta (GWh)	17.669	17.417	1,4
Tarifa Média Anual de Fornecimento (R\$/MWh) (**)	180,26	151,98	18,6
- Residencial	251,97	215,09	17,1
- Industrial	128,84	109,56	17,6
- Comercial	212,77	177,50	19,9
- Rural	151,23	126,06	20,0
DEC	14,03	18,90	(25,7)
FEC (Número de interrupções)	14,18	16,54	(14,3)
Operacionais			
Subestações	227	225	0,9
Redes de distribuição (km)	165.576	165.167	0,2
Potência Instalada (Subestações)	1.467	1.420	3,3

(*) Dado estimado pelo Censo IBGE

(**) Esta é a tarifa média do ano. Vide a tarifa média de Dezembro no item "Tarifas e Política de Descontos".

Principais Acontecimentos em 2004

- **Cinqüentenário do Grupo Copel**

No ano de 2004 a COPEL comemorou 50 anos de existência, sempre desempenhando seu histórico papel de agente de desenvolvimento, dinamizando a economia paranaense, promovendo a inclusão social e melhorando as condições de vida da coletividade. Para celebrar essa data, além de cerimônias realizadas no Paraná, o Governo do Estado do Paraná e a Copel participaram do evento “The Opening Bell Ceremony” na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

- **Novo Modelo do Setor Elétrico**

Com a promulgação do Novo Modelo Regulatório do Setor Elétrico, a Copel Distribuição passou por um processo de adaptação às novas regras de comercialização de energia via leilões federais e às significativas alterações nos critérios de planejamento, controles e previsões nos marcos legais do setor.

- **Adequação à Lei Sarbanes-Oxley**

Para se adaptar à Lei Sarbanes-Oxley, a Controladora contratou a empresa Ernst & Young como consultoria, dando início em 2004 ao diagnóstico e implementação de melhorias de controles internos do grupo, com previsão de conclusão para setembro de 2005, o que estará sendo levado também à Copel Distribuição.

A EMPRESA

O sistema da **Copel Distribuição S.A.**, é composto por 165.576 km de redes de distribuição, 1.260.661 estruturas, 315.287 transformadores, 6.651 MVA de potência instalada em transformadores, 227 subestações, sendo 176 automatizadas, 1.467 MVA de potência instalada em subestações. A Empresa atende 1.112 localidades, 392 municípios no Paraná e mais o município de Porto União, no Estado de Santa Catarina.

GESTÃO

Planejamento Estratégico

O modelo de gestão e planejamento empresarial integrado utilizado pela Companhia busca o alinhamento dos esforços das pessoas da Organização para atingir e garantir, com base nos valores definidos pela Controladora e na gestão otimizada dos processos, o atendimento dos interesses do acionista, dos clientes, da sociedade e dos empregados, bem como a sobrevivência, crescimento e a continuidade da Empresa.

Utilizando o BSC - *Balanced Scorecard* como principal ferramenta para transformar-se em uma empresa orientada para a estratégia, em dezembro de 2004 a Diretoria aprovou o mapa estratégico Copel, que traduz uma hipótese estratégica para atingir a visão da empresa, com 23 objetivos distribuídos em 5 perspectivas: sustentabilidade, financeira, cliente, processos internos e aprendizagem e crescimento.

O atual posicionamento estratégico dá ênfase à produtividade, redução de custos e melhor utilização dos ativos, mas sem prejuízo às ações que estimulem o crescimento no médio e longo prazo. A ênfase para o crescimento será dada a partir de 2005.

- **Referencial Estratégico**

Missão - Distribuir e comercializar energia, bem como prestar serviços correlatos, promovendo desenvolvimento sustentável com retorno para a sociedade paranaense.

Visão - Ser a melhor empresa do setor elétrico no Brasil até 2006, mantendo o equilíbrio entre os interesses da sociedade e do acionista.

Valores: Os valores da Copel Distribuição estão alinhados aos estabelecidos pelo Grupo Copel:

Ética - Relacionamento transparente, honesto e equilibrado com todas as partes interessadas;

Responsabilidade social - Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das gerações futuras;

Alianças estratégicas - Parceria e colaboração com todos os setores da empresa e da sociedade, em busca de alinhamento de objetivos e maximização de resultados;

Comprometimento - Condução do trabalho com a mente e o coração, no sentido de uma missão, buscando a excelência;

Assumir riscos - Decidir, ousar e tomar a iniciativa, como dono da empresa;

Melhoria contínua - Aprendizado contínuo, compartilhando e disseminando o conhecimento;

Distribuição

Valorização dos empregados - Promoção do crescimento do ser humano integral - empregados e força de trabalho - com a melhoria contínua de sua satisfação, competência e capacitação profissional;

Clareza de objetivos - Definição clara e comunicação transparente dos rumos estratégicos da empresa;

Satisfação dos clientes - Em todas as ações, considerar que o cliente é a razão da empresa existir;

Valor para o acionista - Busca do lucro responsável no cumprimento da missão da empresa; e,

Segurança - Profissionalismo na condução dos negócios, de maneira a garantir a longevidade da empresa, priorizando a segurança das pessoas.

Governança Corporativa

Em 2004 a Controladora deu continuidade ao processo de melhoria nas práticas de Governança Corporativa visando ao crescimento e geração de valor para seus acionistas.

A administração vem reforçando tais práticas com uma série de medidas. Já foram implantadas a Política de Divulgação de Informações Relevantes e a Política de Negociação de Ações de Emissão Própria, atendendo a Instrução CVM 358/02.

A Controladora instituiu desde 2003 o seu Código de Conduta Ética com base nos valores empresariais e na cultura corporativa, os quais foram consolidados ao longo dos seus 50 anos e refletem a integridade dos procedimentos da Companhia em suas relações internas e com o meio em que se insere e atua, nos mais diversos níveis, os quais são seguidos pela Copel Distribuição. Em 2004, o Código de Conduta Ética passou por um processo de divulgação interna com o objetivo de disseminar os valores da empresa entre todos os empregados.

Além disso, a Empresa está promovendo um maior envolvimento dos Conselhos Fiscal e de Administração no processo decisório.

- **Lei Sarbanes-Oxley**

A empresa também está tomando todas as medidas necessárias para sua adaptação às novas regulamentações da Securities and Exchange Commission - SEC (Lei Sarbanes-Oxley), em conformidade com o que está sendo efetuado pela Controladora. Dentre essas ações, destacam-se estudos para adaptação do Conselho Fiscal ou a criação de um Comitê de Auditoria, mapeamento dos controles internos e criação de um Comitê Permanente de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes.

Todas essas medidas têm como objetivo principal tornar mais transparentes as decisões da Administração e direcionar estrategicamente os negócios.

Programa de Investimentos

O ano de 2004 foi marcado pelo redirecionamento dos negócios para a satisfação das exigências dos consumidores, com ênfase na melhoria da confiabilidade dos sistemas de distribuição. Foram aplicados R\$ 233,8 milhões em obras de distribuição.

Público Interno

Os empregados da Copel Distribuição são admitidos por concurso público, de acordo com o que determina o Artigo 37 da Constituição Federal. Nos concursos que são realizados são reservadas vagas para a admissão de portadores de necessidades especiais.

O incremento de 474 novos empregados na Companhia durante o ano de 2004, além de recompor o quadro de pessoal em áreas essenciais de prestação de serviços, teve também como objetivo substituir parte dos serviços terceirizados em algumas atividades-fim da Companhia.

- **Plano de Sucessão**

A Companhia concluiu em 2004 a implantação da 1ª fase do seu Plano de Sucessão, com a finalidade de disponibilizar um instrumento de gestão que permita preservar o conhecimento necessário ao desenvolvimento de trabalhos em atividades consideradas “chave” para o sucesso da organização.

- **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Empresa, e este se apóia em dois pilares: remuneração fixa e variável. Como forma de avaliar a parte destinada à remuneração fixa são realizadas constantemente pesquisas salariais e de monitoramento de mercado.

Em 2004 deu-se continuidade à implantação da nova Política Salarial, bem como aos trabalhos de levantamentos, análise e formatação do Novo Plano de Cargos.

- **Benefícios**

Por meio do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia concedeu em 2004 algumas melhorias nos benefícios mantidos pela Empresa. Entre outros, podem ser citados aumentos acima da inflação para o Programa de Auxílio Educação, Auxílio Creche, Gratificação de Férias, Tiquete Alimentação/Refeição e Auxílio a Portadores de Necessidades Especiais.

Essas concessões tiveram como objetivo reconhecer e recompensar a dedicação e esforços do corpo funcional na busca de melhorias constantes de produtividade e qualidade dos serviços prestados.

- **Participação nos Lucros ou Resultados**

Dentro de uma nova filosofia de negociação para a participação dos empregados nos lucros e/ou resultados da empresa, a Companhia e a Comissão de Empregados para a Negociação da PLR, especialmente constituída para essa finalidade, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações realizadas em 2004.

Desde o início buscou-se estabelecer uma nova filosofia no trato dessa questão, ou seja, que a participação dos empregados nos lucros tivesse como foco principal o compromisso no estabelecimento de metas empresariais e o alcance dos resultados negociados.

- **Clima Organizacional**

Um ponto importante para avaliar as Relações Capital-Trabalho e que merece destaque foi a realização da “Pesquisa de Clima Organizacional da Empresa” em uma nova formatação, que apontou um alto índice de satisfação dos empregados em praticamente todos os fatores que a compõe.

O resultado obtido demonstra o empenho e dedicação de toda a Diretoria e dos gestores de pessoas da empresa, para que se tenha um quadro de empregados satisfeito e motivado, e dessa forma possa melhorar a qualidade de vida dos mesmos, de suas famílias, da imagem institucional, visando o alcance dos objetivos organizacionais da Companhia.

- **Qualidade de Vida no Trabalho**

Dentro do Processo de Qualidade de Vida no Trabalho, está sendo implementado na Companhia o “Programa Energia e Saúde”, com atividades de ginástica laboral dirigidas a todos os empregados, com enfoque especial para os eletricitistas (com atividades de condicionamento físico) e teleatendentes (com atividades anti-stress).

Segurança

- **Segurança do Trabalho**

Como destaque, ressalta-se o esforço da empresa em eliminar os acidentes decorrentes do trabalho, fortalecendo o valor da segurança e, assim, melhorar a qualidade de vida dos empregados.

O Plano de Segurança do Trabalho contempla uma série de ações preventivas, dentre as quais destacou-se em 2004 o II Encontro de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho na Copel, onde estiveram reunidos empregados, gerentes e profissionais ligados ao tema. Outra iniciativa digna de menção foi o lançamento da Campanha Interna de Segurança do Trabalho, o maior evento de segurança já desenvolvido na empresa.

- **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA**

Conforme determina a NR-5, as CIPAS têm como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. A Companhia, em atendimento ao que determina a NR-5 e as suas Diretrizes e Políticas de Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalhador, manteve em 2004, em toda a sua área de concessão, a atuação de diversas CIPAS e de vários empregados entre Membros e Secretários de CIPAS, que tiveram participação efetiva na adoção de medidas preventivas no campo do acidente do trabalho e saúde do trabalhador.

- **Seguros de Responsabilidade Civil**

A empresa mantém apólice de seguro que visa dar cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais, causados a terceiros.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes com terceiros, a Companhia está desenvolvendo algumas ações para prevenção de acidentes com a comunidade e com os contratados:

- **Comunidade**

Kit Escola - Palestra sobre os perigos da eletricidade para alunos das 4ª séries das escolas estaduais e outras escolas e faculdades que solicitam a participação da empresa;

Palestra "Prevenção de Acidentes com Eletricidade" para apresentação em eventos de segurança em outras empresas no Estado do Paraná, quando por elas solicitado;

Convênio com emissoras de rádio no Estado do Paraná para divulgação de informes de prevenção de acidentes com eletricidade;

Participação em festas regionais (feiras agropecuárias, festas tradicionais, encontros de classe, etc) com um estande para levar informações sobre os riscos da eletricidade para a população;

Distribuição do calendário da Copel com ilustrações sobre os perigos da eletricidade a todos os consumidores rurais;

Correspondências diretas aos proprietários de locais que apresentam iminente risco de choque elétrico; e

Controle estatístico de acidentes.

- **Contratados**

Treinamento de segurança para empreiteiros na recepção de grandes obras;

Encontro de segurança com proprietários de empreiteiras;

Encontro de segurança com eletricitistas de empreiteiras;

Encontro de segurança com eletricitistas autônomos que prestam serviços de construção de instalações elétricas;

Parceria com SENAI para treinamento de eletricitistas de empreiteiras;

Inspeções de segurança periódicas;

Fiscalização sistemática por parte da Companhia tanto nos procedimentos como nas condições para realização dos trabalhos; e

Controle estatístico de acidentes.

Tecnologia da Informação

Alinhada às estratégias estabelecidas de levar a área de Tecnologia da Informação ao nível das decisões estratégicas da organização e de transformar o seu modo de atuação no que há de mais moderno em termos de governança, a área de Tecnologia da Informação continuou em 2004 seu processo de reestruturação interna, visando aproximar-se dos clientes internos, alinhando-se às estratégias da corporação. Foi criada a figura do “analista de negócios”, profissional responsável por atender as funções empresariais canalizando as demandas, conhecendo os processos de negócios e acompanhando as soluções dadas pela TI.

Processos de negócios de funções empresariais foram mapeados, e esse conhecimento está sendo utilizado para orientar novas soluções de TI, além de preservar o capital intelectual da Companhia.

Foi implantado o sistema “Gestão da Receita”, cujo principal objetivo é disponibilizar informações sobre o realizável, o arrecadado e o fluxo de caixa da Copel Distribuição, gerando maior rapidez, confiabilidade e segurança para a tomada de decisões operacionais, táticas e estratégicas.

Paralelamente a essas atividades, a área de Tecnologia da Informação trabalhou intensamente na manutenção e melhoria dos sistemas legados, na infra-estrutura de redes, no parque de servidores, na melhoria do atendimento e na eficiência da operação, buscando cumprir a estratégia empresarial de aumento de produtividade.

Reconhecimento

- **Prêmios relevantes recebidos em 2004**

Um dos prêmios obtido pela Copel foi o de **“Maior Empresa do Sul - Setor Energia”**, considerada a maior empresa em vendas no setor de energia do sul do país, segundo ranking da Fundação Getulio Vargas.

A Copel também foi premiada pela quarta vez como **“Melhor Companhia do Serviço Elétrico e de Prestação de Serviços de Energia da América Latina”** pela revista norte-americana Global Finance.

- **Participações Internacionais relevantes**

Participação na Reunião de Cúpula do Global Compact (Pacto Global) na sede da ONU em junho de 2004, em Nova Iorque, EUA.

Auditoria Externa

No relacionamento com os auditores independentes, a Companhia tem como ponto fundamental a não contratação de outros serviços de consultoria que tenham a possibilidade de vir a interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Em 2004, a empresa de auditoria externa independente da Controladora e de suas Subsidiárias Integrais, PricewaterhouseCoopers, prestou serviços exclusivamente sobre as demonstrações contábeis, não havendo qualquer outro serviço.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado

Em 2004, o desempenho da Companhia no mercado de energia foi influenciado principalmente pelas classes residencial, industrial e comercial, que representaram 25,3%, 40,3% e 17,1% respectivamente, do consumo total.

O setor residencial consumiu durante o ano 4.466.727 MWh, representando um crescimento de 1,9% comparado ao total verificado em 2003. Em dezembro de 2004, o número de residências atendidas totalizou 2.495.584, o que representa um acréscimo de 2,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O consumo médio por unidade consumidora residencial foi de 149,2 kWh no ano, registrando uma queda de 0,8% em relação ao verificado em 2003.

Com um aumento de 5,6% em relação ao consumo verificado em 2003, a classe comercial apresentou, no ano de 2004, a maior taxa de crescimento dentre as principais classes de consumo, totalizando 3.024.575 MWh. Este desempenho deveu-se principalmente ao aumento no número de ligações que esta classe vem apresentando, acima da média dos cinco anos anteriores, reflexo do aquecimento do setor após o aumento na oferta de crédito. Em dezembro foram faturadas 266.491 unidades consumidoras, 3,5% superior às 257.408 faturadas em dezembro de 2003.

O consumo da classe industrial totalizou no ano 7.129.565 MWh, com decréscimo de 1,4% sobre o verificado em 2003 provocado pela saída de grandes consumidores do mercado faturado pela concessionária. Entretanto, expurgado desses clientes, o mercado industrial paranaense teve variação positiva de 8,5%, reflexo principalmente do aumento na produção voltada às exportações. Os setores que apresentaram os melhores resultados durante o ano foram: madeira (12,3%), química (16,0%), indústria da construção (5,2%), têxteis (7,9%), metalurgia básica (8,0%), produtos alimentares (8,5%) e indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios (14,9%). Os contratos de consumidores livres da Distribuição fora da área de concessão encerraram no último trimestre de 2004, o que explica a sua redução em relação a 2003.

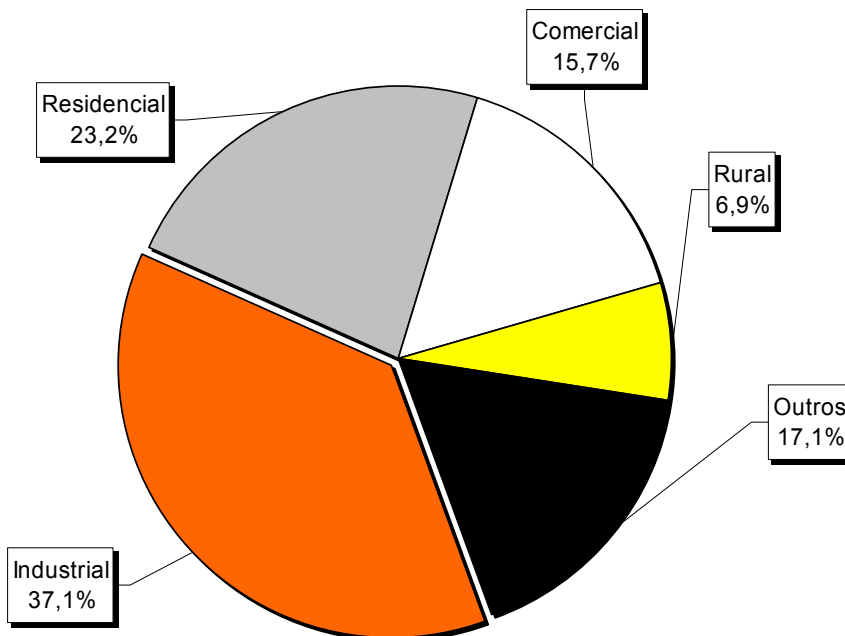
O consumo total de energia elétrica na área de atuação da Companhia foi, em 2004, de 17.669.346 MWh, o que representa uma variação de 1,4% sobre o ano de 2003. Desagregando-se os clientes livres que saíram do mercado, o crescimento total do mercado chegou a 5,5%.

Distribuição

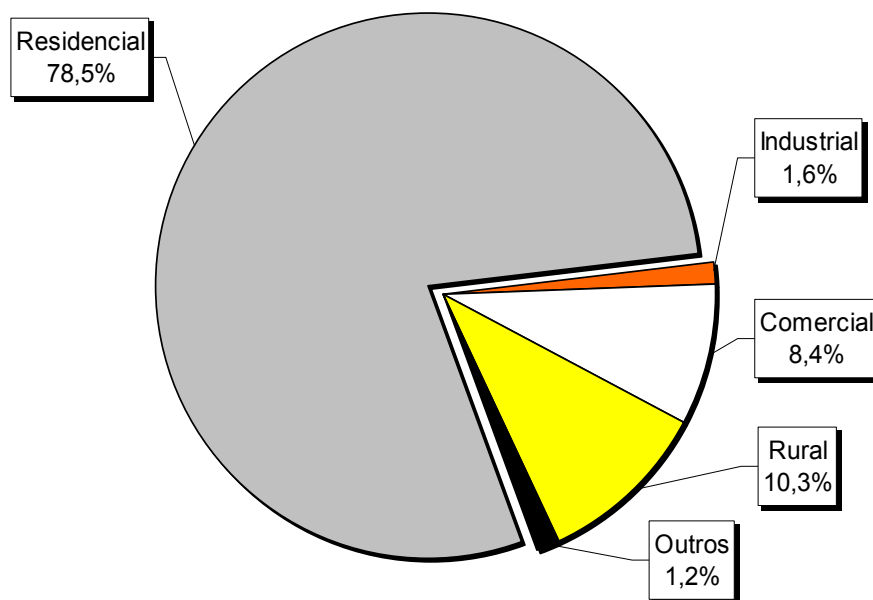
Evolução do Consumo (GWh)	2004	2003	%
Residencial	4.467	4.382	1,9
Industrial	7.130	7.233	(1,4)
Comercial	3.024	2.864	5,6
Rural	1.320	1.250	5,6
Outros	1.728	1.688	2,3
Total Distribuição Direta	17.669	17.417	1,4
Concessionárias	484	468	3,2
Distribuição Direta + Concessionárias	18.153	17.885	1,5
Consumidores Livres (Industriais)**	696	945	(26,3)
Total Geral	18.849	18.830	(0,1)

** Consumidores livres Fora Estado

Consumo por Classe (MWh)

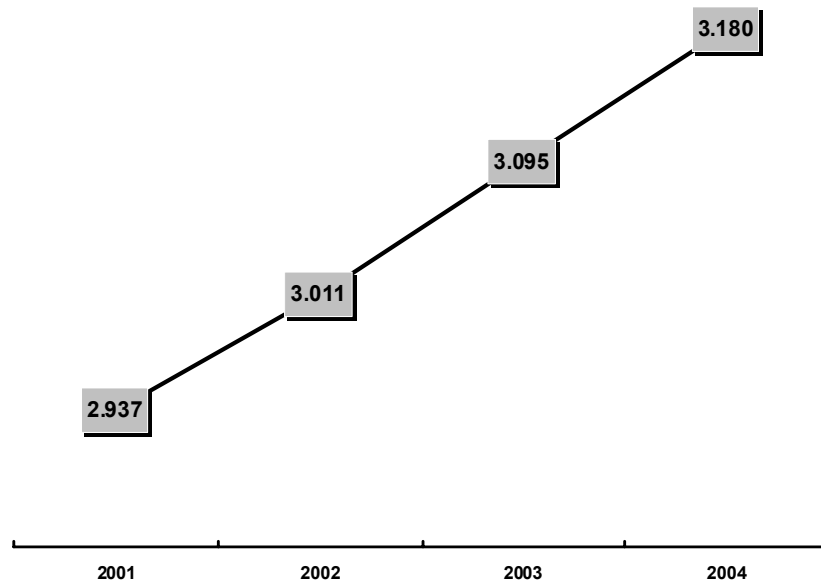


Percentual de Clientes por Classe



Em 2004 foram incorporadas ao sistema Copel Distribuição 84.583 novas ligações, sendo 66.772 residenciais, 970 industriais e 9.083 comerciais e 7.758 das demais classes. No mês de dezembro foram faturados 3.180.070 consumidores, representando um crescimento de 2,7% em relação aos 3.095.489 consumidores faturados em dezembro de 2003.

Evolução do Número de Consumidores:



Tarifas e Política de Descontos

- **Revisão tarifária**

Em 21 de junho de 2004, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) editou a Resolução n.º 146, com o resultado final da revisão tarifária periódica da Copel Distribuição. Foi autorizada a aplicação de um reajuste médio de 14,43%, a partir de 24 de junho, sobre as tarifas definidas pela Resolução n.º 284, de junho de 2003. O reajuste é composto por 9,17%, correspondente ao índice determinado pelo processo de revisão tarifária, e por 5,26%, referentes à recuperação de custos já realizados (Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA).

- **Política de descontos**

Em 2004, autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia, deu continuidade à política de descontos aos seus consumidores, visando minorar o impacto dos reajustes, incrementar o consumo de energia pela atração de novos consumidores e reduzir os índices de inadimplência. O quadro a seguir apresenta um resumo dos reajustes e descontos aplicados nos anos de 2003 e 2004 pela Companhia:

Data	Reajuste médio autorizado pela ANEEL	Reajuste médio aplicado pela Companhia	Desconto médio sobre tarifas autorizadas
24. jun. 2003	25,27%	-	20,17%
01.jan. 2004	-	15%	8,2%
24. jun. 2004	14,43%	9%	12,5%
01.fev. 2005	-	5%	8,2%

- **Realinhamento tarifário**

Em cumprimento ao disposto no Decreto 4667/2003, a ANEEL iniciou em 2004 o processo de realinhamento tarifário e de retirada gradual dos subsídios cruzados entre os grupos de consumo de alta e baixa tensão. Desta forma, o reajuste médio de 14,43% para os consumidores refletiu um reajuste de 21,09% no grupo A (alta tensão) e de 10,39% no grupo B (baixa tensão). A conclusão do processo de realinhamento está prevista para 2007.

Tarifas médias de fornecimento por classe de consumo (em R\$/MWh)

TARIFAS	Dez/04	Dez/03	Var.%
Residencial	262,12	224,57	16,72
Industrial	139,74	103,84	34,57
Comercial	221,31	187,02	18,33
Rural	157,84	131,52	20,01
Outros	164,60	134,77	22,13
Fornecimento/Total	187,08	152,79	22,44

Compra de energia de Itaipu. Pela Resolução ANEEL n.º 131/2004, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2005, os valores da tarifa de repasse da potência oriunda de Itaipu Binacional foram majorados de US\$/kW 17,8474 para US\$/kW 19,2071.

Inadimplência

A partir do período contábil de 2003, passou-se a calcular o Índice de Inadimplência do produto Fornecimento de Energia Elétrica, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:

$$I = \frac{\sum \text{Débitos vencidos} > 15 \text{ dias} \leq 360 \text{ dias}}{\sum \text{Faturamento no período 12 meses}}$$

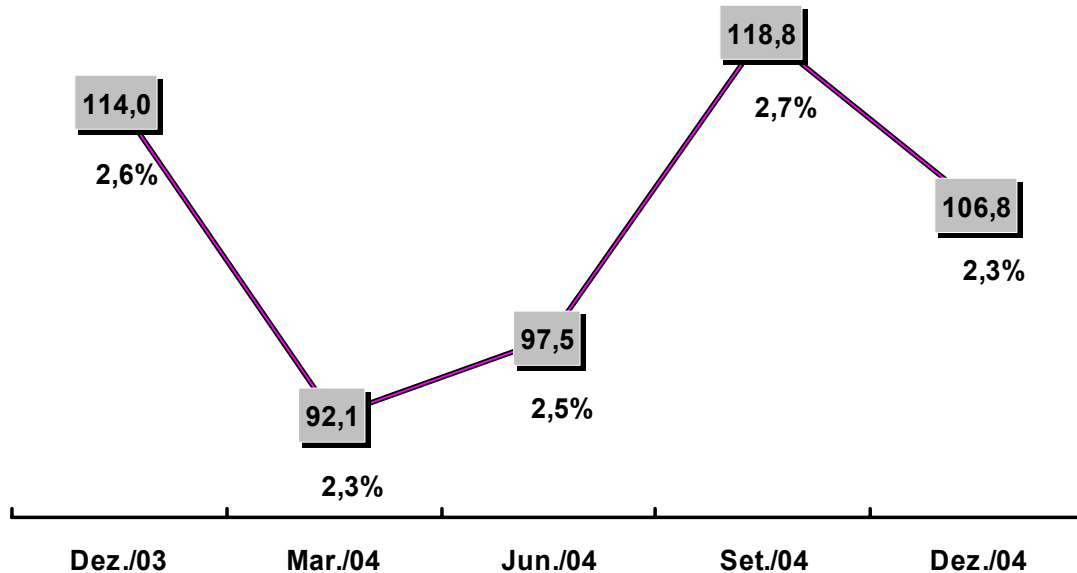
I = Percentual de Inadimplência

Considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias, em conformidade com o prazo de Aviso de Vencimento (Resolução ANEEL nº 456/00).

Excluído dos débitos vencidos o reconhecimento de perdas pela Companhia.

Houve pequena redução, de R\$ 114,0 milhões para R\$ 106,8 milhões em 2004, em função da continuidade da política de descontos, além das medidas de combate à inadimplência adotadas.

Composição da Inadimplência do Fornecimento de Energia Elétrica (R\$ milhões / %):



Qualidade de Energia

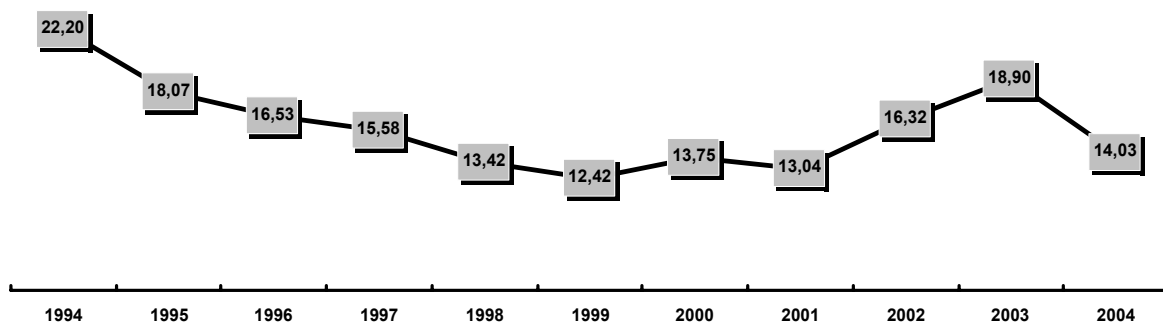
Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento são Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor (FEC).

O DEC exprime o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores ou iguais a 3 (três) minutos.

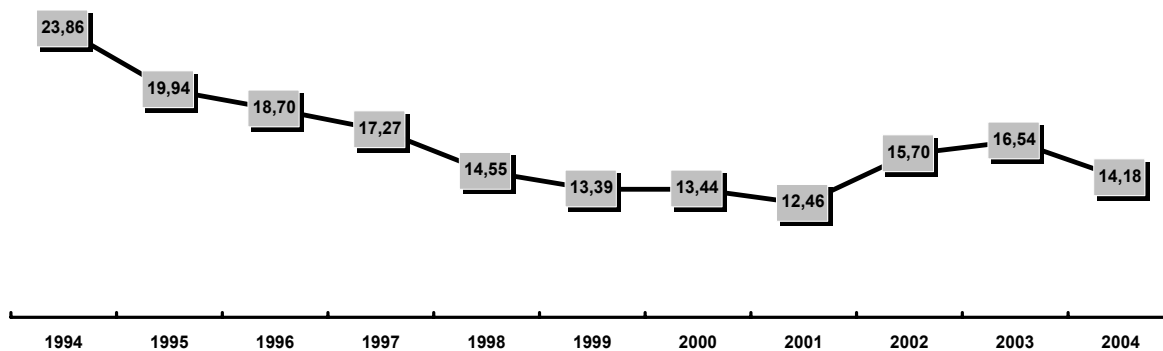
O FEC exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se as interrupções maiores ou iguais a 3 (três) minutos.

Segue um gráfico mostrando o histórico dos índices DEC e FEC da Copel nos últimos onze (11) anos.

DEC



FEC



O índice DEC da Copel atingiu seu menor valor histórico no ano de 1999, enquanto o índice FEC registrou igual marca no ano de 2001.

Sendo anualmente positivo o crescimento do sistema elétrico, é necessário constantemente que sejam realizadas ampliações e reforços em suas redes buscando o melhor atendimento ao consumidor além da necessidade de implantação de novas tecnologias visando atender ao mercado de forma satisfatória e otimizada.

A Copel ao passar por um processo de privatização a partir do ano de 2000, sofreu naturalmente impacto, com a redução de pessoal e de investimentos o que aliado às condições climáticas adversas levou a uma condição inadequada dos indicadores nos anos de 2002 e 2003.

No início de 2003 a Diretoria de Distribuição aprovou a criação de um Grupo de Trabalho responsável em propor ações para melhoria e redução dos índices relativos aos conjuntos de consumidores, bem como apresentar um plano plurianual de investimentos compatível com a necessidade de melhoria dos indicadores.

Como resultado do primeiro trabalho do grupo foi autorizada pela Diretoria da Empresa a liberação de recursos suplementares na ordem de R\$ 27 milhões, recursos esses que foram utilizados para execução de obras e ações de manutenção no sistema.

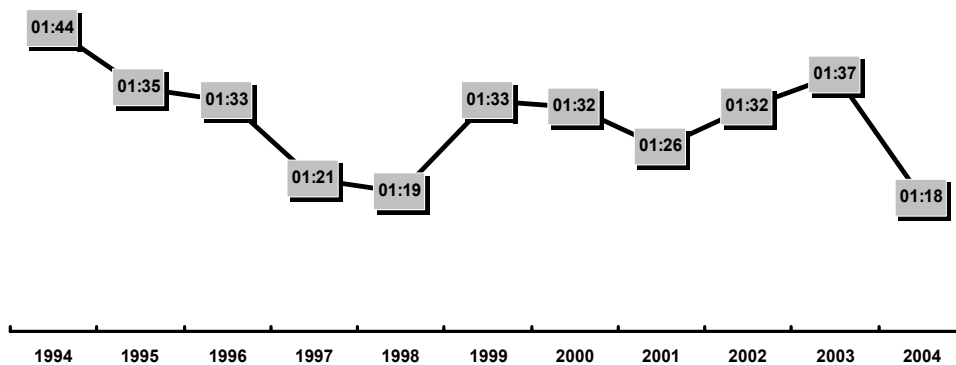
Em 2004 também foram aprovados recursos suplementares para contratação de novas equipes que contribuíram na manutenção do sistema com a realização de poda de árvores e roçada de faixas, resultado que vem sendo refletido nos indicadores de 2005.

Percebe-se uma melhora significativa nos indicadores DEC e FEC já no ano de 2004, espera-se também uma melhora nos indicadores para o ano de 2005, uma vez que está previsto a continuidade dos investimentos em termos de obras e de melhoria nos conjuntos de alimentadores.

Tempo Médio de Atendimento

Relativamente ao Tempo Médio de Atendimento (TMA) percebe-se também uma melhora significativa no ano de 2004 voltando ao patamar do ano de 1998. Esta melhora no indicador é resultado de um forte investimento na contratação de novos técnicos, eletricitas e sua localização, com a abertura a partir de 2003 de novos postos de atendimento.

TMA



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

Em 2004, a Copel Distribuição obteve lucro líquido de R\$ 207,0 milhões, sendo 373,4% maior que o resultado obtido no exercício anterior, de R\$ (75,7) milhões. Tal resultado proporcionou um percentual de Rentabilidade do Patrimônio Líquido de 17,8%, representando aumento de 391,3% em relação a 2003.

Apontamos como principal motivo para este bom resultado um melhor desempenho operacional no exercício, demonstrado pelo aumento de 23,1% na **Receita Operacional Líquida**, sendo mais que o dobro em relação aos **Custos e Despesas Operacionais**, que aumentaram apenas 9,8%.

O aumento na **Receita Bruta** de 22,7%, passando de R\$ 3.984,5 milhões em 2003 para R\$ 4.889,9 milhões em 2004, deveu-se, principalmente, ao crescimento das receitas de:

1. Fornecimento de 23,3%, refletido pelos reajustes autorizados pela ANEEL, aplicados pela Empresa nos percentuais de 15% em Janeiro de 2004 e 9% em Junho de 2004.
2. Receita pela disponibilidade da Rede de 451,3%, como conseqüência de reajustes aprovados pela ONS e alteração da regulamentação da ANEEL, com reclassificações da rubrica fornecimento a partir de 2004.

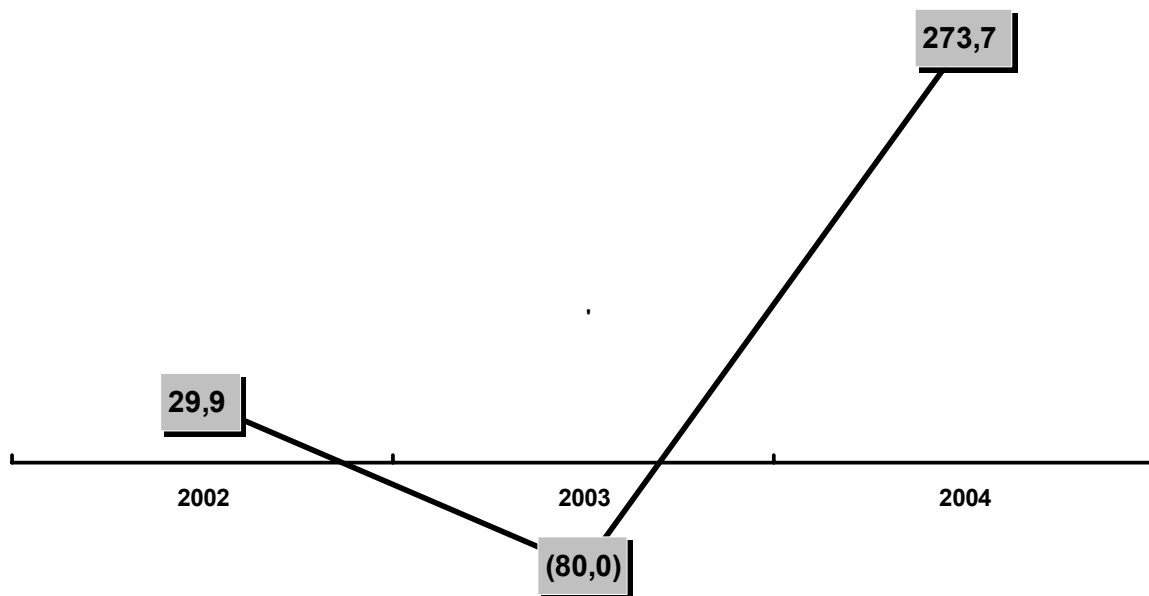
O aumento de R\$ 295,4 milhões nos **Custos e Despesas Operacionais**, em comparação aos gastos do exercício passado, que foram R\$ 3.003,8 milhões contra os R\$ 3.299,2 milhões deste exercício, está relacionado principalmente ao crescimento nas rubricas:

1. Taxas Regulamentares, com o acréscimo de R\$ 122,6 milhões em 2004, provenientes:
 - a) Da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em 2004, sendo que em 2003 foram apropriados apenas seis meses no resultado, e
 - b) Do aumento de R\$ 61,1 milhões na Conta de Consumo de Combustível - CCC.
2. Encargos de uso da rede elétrica, com acréscimo de R\$ 112,0 milhões em razão do aumento autorizado por Resolução, a entrada de novos ativos no sistema interligado e o impacto da amortização da CVA a partir de julho/2004.
3. Pessoal e Plano Previdenciário e Assistencial, com crescimento de R\$ 52,4 milhões devido ao aumento do quadro de pessoal e aos reajustes da folha.

EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA, ou LAJIDA), totalizou R\$ 273,7 milhões, superior em 442,1% ao apresentado em 2003 que foi de R\$ (80,0) milhões.

Evolução do EBITDA:



Resultado Financeiro

O impacto positivo de R\$ 206,1 milhões no Resultado Financeiro deste exercício decorre, em grande parte das Receitas Financeiras, que tiveram aumento de juros de mora e correção do IGP-DI nas rendas sobre empréstimos, principalmente ao que se refere a CRC.

Fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003
(Valores expressos em milhares de reais)

	2004	2003
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	206.992	(75.671)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.418	17.787
Depreciação e amortização	142.275	137.428
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(98.649)	(92.679)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.220	(17.226)
Provisões no exigível a longo prazo	75.822	344.892
Baixas de realizáveis a longo prazo	70.225	2.958
Baixas de investimentos	3	2
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	11.718	5.813
	271.032	398.975
Variações no ativo circulante		
Consumidores e revendedores	(138.307)	(143.358)
Serviços executados para terceiros	(336)	3.378
Serviços em curso	199	1.992
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	118.640	(61.483)
Impostos e contribuições sociais a compensar	49.770	77.175
Almoxarifado	(1.856)	(7.959)
Conta de compensação da "parcela "A"	67.532	66.743
Outros créditos	(4.253)	(1.515)
	91.389	(65.027)
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	(33.065)	39.709
Impostos e contribuições sociais	11.370	69.244
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	8.071	16.380
Benefícios pós-emprego	(64.498)	(62.802)
Taxas regulamentares	7.078	10.740
Outras contas a pagar	(4.783)	(10.552)
	(75.827)	62.719

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2004	2003
ATIVIDADES OPERACIONAIS (continuação)		
Aplicações no realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	(1.859)	(38.426)
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná - reclassificação do circulante	(170.149)	-
Impostos e contribuições sociais a compensar	(1.987)	(12.018)
Depósitos judiciais	(21.989)	(28.170)
Conta de compensação da "parcela "A"	(111.937)	(114.404)
Conta de compensação da "parcela "A" - reclassificação do circulante	-	(78.846)
Ativo regulatório PIS e COFINS	(61.247)	-
	(369.168)	(271.864)
Redução do realizável a longo prazo		
Resgate de depósitos judiciais e cauções	25.000	-
	25.000	-
Aumento do exigível a longo prazo		
Controladora e coligadas	31.862	108.586
	31.862	108.586
Total das Atividades Operacionais	181.280	157.718
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no imobilizado	(233.808)	(157.958)
Contribuições do consumidor	47.924	44.109
Total das Atividades de Investimento	(185.884)	(113.849)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	8.322	(36.178)
Debêntures	5.470	2.951
Total das Atividades de Financiamento	13.792	(33.227)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	9.188	10.642
Saldo inicial de caixa	52.510	41.868
Saldo final de caixa	61.698	52.510
Varição no caixa	9.188	10.642

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESEMPENHO SÓCIOAMBIENTAL

A Copel e o Pacto Global

Desde 2001 a Copel Controladora é signatária do Pacto Global, que é a aliança entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a comunidade empresarial internacional para propiciar crescimento sustentável com base em valores mais humanos.

A adesão formal é feita através de encaminhamento de uma carta ao Secretário Geral da ONU, na qual a empresa declara seu compromisso de respeitar os **Dez Princípios Básicos**, a saber:

1. Respeitar e proteger os direitos humanos;
2. Impedir violações de direitos humanos;
3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
4. Abolir o trabalho forçado;
5. Abolir o trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;
7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Promover a responsabilidade ambiental;
9. Encorajar tecnologias que não agredem o meio ambiente;
10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

As ações, políticas e programas de responsabilidade socioambiental em que a Companhia se engajou durante o exercício foram norteadas pelos Princípios do Pacto Global, assinado pela Controladora. Seguindo tais diretrizes e metas a companhia alcançou a cada Ação/Programa importantes resultados dos quais relatamos os principais a seguir:

- **Participação no Comitê Brasileiro do Pacto Global e Apoio à sua Divulgação**

Em 2004, os Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram divulgados via veículos internos, agendas da Copel 2005, Relatório Social Anual 2003, intranet, internet, oficinas internas, palestras, seminários, mostras e faturas de energia elétrica, atingindo um público de mais de 3 milhões de pessoas.

- **Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa**

Está em vigor uma política corporativa conjunta, elaborada pelas áreas de Responsabilidade Social Empresarial e Meio Ambiente, chamada de *Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa*. Esta política deverá guiar todas as decisões e ações da companhia, buscando sustentabilidade interna, respeito a todos as partes interessadas e ampla promoção da diversidade e da ética na condução dos negócios. Ela é complementar ao Código Ético de Conduta da Controladora e ambos incluem em seu escopo os princípios do Pacto Global.

- **Programa Voluntariado Corporativo - EletriCidadania**

O programa incentiva os empregados a iniciarem ou ampliarem trabalhos de ação voluntária nas comunidades onde vivem e trabalham, aplicando seus conhecimentos e habilidades para o bem-estar geral das pessoas, através da liberação de até 4 horas mês do horário de trabalho para o desenvolvimento de atividades voluntárias. As atividades ou obras de ação social podem ser executadas individualmente ou em grupos, mediante negociações prévias com os líderes de equipes da empresa, de forma a não trazer qualquer prejuízo ao andamento normal das atividades empresariais e profissionais, principalmente entre aqueles empregados que trabalham em regime de escala. Assim, em 2004 foram realizadas 514 horas de trabalhos voluntários na Copel Distribuição.

- **Campanha Permanente de Arrecadação para a Pastoral da Criança**

A Copel Distribuição mantém acordo com a Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, para arrecadar doações através das faturas de energia. Os **Resultados quantitativos** de janeiro a dezembro de 2004 foram a doação: 1.072.510 clientes com um total de arrecadação de R\$ 1.256.790,14, gerando uma média de arrecadação mensal de R\$ 104.732,51.

- **Luz Fraterna**

Programa do Governo do Estado que assume o pagamento da fatura de energia elétrica de famílias carentes devidamente cadastradas com consumo mensal de até 100 kWh. O programa foi aprovado pela Lei Estadual 14.087, de 11/09/2003. Em termos de transferência de renda, que é o objetivo principal do Programa, em 2004 o Programa manteve em poder dessas famílias a importância de R\$ 25.619.138,68 ou o correspondente a 188.429.010 kWh. Também como **Resultado**, em 2004 foram atendidas em média 224.320 famílias, pela Copel Distribuição sendo 179.456 localizadas na área urbana e 44.864 localizadas na área rural.

- **Universalização de Energia**

A Copel elaborou um plano de universalização com vistas a atender até 2008 todas as propriedades que ainda não possuem acesso à energia elétrica, envolvendo a ligação de aproximadamente 56 mil unidades, das quais 36 mil são rurais e 20 mil são urbanas. O projeto responde à Resolução ANEEL Nº 223, de 29/04/2003 e à Lei Federal 10.762, de 11/11/2003. Para o atendimento às 36 mil propriedades rurais foi assinado, em julho de 2004, um termo de compromisso entre o Governo Federal e a Copel com vistas a atender ao Programa, denominado "**Luz para Todos**".

- **Programa Irrigação Noturna**

A companhia coordena a operacionalização do fornecimento de energia elétrica para o Programa Irrigação Noturna, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, que visa estimular o uso da irrigação para o aumento da produtividade na produção agrícola e melhorar a qualidade de vida na área rural.

- **Programa para o uso seguro e racional da energia**

Kit Escola - O Kit Escola é uma Campanha de Segurança na Comunidade para a Prevenção de Acidentes com Eletricidade disponibilizando informações sobre segurança no uso de energia elétrica de forma didática. O Kit Escola é usado por 400 voluntários em todo o Paraná, todos empregados, e é composto por caderno, régua, jogo de memória e cartilha. Ao longo de 2004, foram distribuídos 150 mil kits em 1.150 estabelecimentos de 125 municípios. Ao todo, quase 400 mil pessoas tiveram acesso ao material.

- **Programas de Eficiência Energética**

A companhia desenvolve anualmente um Programa de Eficiência Energética onde são aplicados recursos financeiros equivalentes a 0,5% de sua receita operacional líquida em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica. No ano de 2004 foram desenvolvidos os projetos abaixo relacionados:

Gestão Energética Municipal - Projeto com o objetivo de implantar um plano de efficientização energética em instalações municipais e difundir o conceito de combate ao desperdício de energia elétrica e preservação do meio ambiente, com os seguintes **Resultados**: abrangência de 22 municípios no PR; capacitação de 62 técnicos municipais; criação e estruturação de Unidades de Gestão Energética Municipais; e elaboração de 22 Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica - PLAMGEs.

PROCEL nas Escolas - Programa de Educação Ambiental “A Natureza da Paisagem” - Trata-se de um programa de educação ambiental denominado “A Natureza da Paisagem - Energia”, destinado a professores de 1º. e 2º. grau, ministrado por técnicos das concessionárias de energia elétrica, os chamados multiplicadores, em curso de 12 horas com acompanhamento permanente durante o ano letivo.

Doação de Sistemas de Iluminação Eficientes para Entidades Assistenciais - Com objetivo de promover o combate ao desperdício de energia em entidades assistenciais do Estado, a Copel repassou orientações sobre como usar a energia elétrica sem desperdícios e efetuou a substituição dos sistemas de iluminação existente por outro mais moderno e eficiente, sendo beneficiadas 515 entidades assistenciais; distribuídas e instaladas lâmpadas fluorescentes compactas de 15W e conjuntos de iluminação de 32W (luminária + lâmpada fluorescente tubular + reator eletrônico); e ainda, foram eficientizados 10.459 pontos de iluminação.

Convênios e Termos de Cooperação Técnica Celebrados em 2004 - No ano de 2004, foram celebrados convênios e termos de cooperação técnica com instituições de várias regiões do Estado, tendo como finalidade o desenvolvimento dos projetos de eficiência energética relacionados a seguir:

Eficientização Energética na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba;

Eficientização Energética na Santa Casa de Misericórdia de Londrina;

Eficientização Energética no Hospital Infantil de Londrina;

Eficientização Energética na Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa;

Eficientização Energética no Campus da Universidade Estadual de Maringá - UEM;

Criação de Laboratório de Eficiência Energética no CEFET-PR / Curitiba.

Programa Reluz - O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente “ReLuz” tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, contribuindo para melhorar as condições de segurança e a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Na Copel Distribuição, no ano de 2004, o Programa Reluz contemplou os seguintes municípios:

Iporã: 1.536 pontos de iluminação pública eficientizados;

Altônia: 1.106 pontos de iluminação pública eficientizados;

Paraíso do Norte: 911 pontos de iluminação pública eficientizados;

São Jorge do Patrocínio: 539 pontos de iluminação pública eficientizados;

Castro: 2.435 pontos iluminação pública eficientizados;

Toledo: 10.375 pontos de iluminação pública eficientizados.

Programas e Ações Ambientais

- **Eliminação de Ascarel**

Para eliminar definitivamente o uso de ascarel, teve início em junho de 2004 um projeto específico com duração prevista de 18 meses visando realizar uma avaliação da existência de resíduos do material, implantação de procedimentos de manuseio e destinação final ambientalmente adequada desses resíduos. Os principais **Resultados** alcançados foram: o levantamento da situação dos equipamentos em operação com ascarel; a compra de equipamentos para substituição; e avaliação do ambiente físico dos equipamentos.

- **Planejamento da arborização urbana**

A convivência entre a arborização urbana e as redes de distribuição de energia elétrica apresenta situações de impasse, exigindo um planejamento para a realização de podas e eventuais cortes de árvores, a fim de minimizar interrupções no fornecimento de energia elétrica. Os principais **Resultados** foram: pesquisas na bibliografia existente; identificação dos tipos de árvores adequadas para cada situação proposta; e elaboração de guia de arborização contemplando particularidades próprias relacionadas aos aspectos climáticos, e finalidades do uso de determinada espécie.

- **Gestão de resíduos e efluentes na distribuição**

O programa visa dar uma destinação final adequada aos resíduos gerados, minimizando e controlando a emissão de efluentes e estudar a viabilidade de reutilizar ou reciclar determinados tipos de resíduos. O desenvolvimento de ações foi iniciado em setembro de 2004 dentro da perspectiva de implementação de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA corporativo, tendo como principal **Resultado** o levantamento das principais ações desenvolvidas nas diversas áreas da empresa, como uma das etapas da implementação do SGA.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2004				2003			
1 - BASE DE CÁLCULO								
Receita Líquida (RL)	3.430.576				2.786.405			
Resultado operacional (RO)	337.536				(90.363)			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	380.124				330.125			
Valor Adicionado Total (VAT)	2.475.392				1.646.089			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS								
		% Sobre:				% Sobre:		
		FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
Alimentação	25.136	6,6	0,8	1,0	18.908	5,7	0,7	1,1
Encargos sociais compulsórios	72.126	19,0	2,1	2,9	59.187	17,9	2,1	3,6
Previdência privada	69.323	18,2	2,0	2,8	53.517	16,2	1,9	3,3
Saúde (Convênio assistencial)	14.152	3,7	0,4	0,6	9.863	3,0	0,4	0,6
Segurança e medicina no trabalho	2.540	0,7	0,1	0,1	833	0,3	0,0	0,1
Educação	4.103	1,1	0,1	0,2	1.855	0,6	0,1	0,1
Cultura	1.075	0,3	0,0	0,0	816	0,2	0,0	0,0
Capacitação e desenvolvimento profissional	391	0,1	0,0	0,0	311	0,1	0,0	0,0
Auxílio creche	306	0,1	0,0	0,0	258	0,1	0,0	0,0
Participação nos resultados	11.170	2,9	0,3	0,5	9.600	2,9	0,3	0,6
Outros (VT, Aux. doença compl. e bolsa estagiária)	2.597	0,7	0,1	0,1	2.011	0,6	0,1	0,1
Total	202.919	53,4	5,9	8,2	157.159	47,6	5,6	9,5
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS								
		% Sobre:				% Sobre:		
		RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
Educação	-	-	-	-	-	-	-	-
Cultura	764	0,2	0,0	0,0	-	-	-	-
Saúde e saneamento	46.064	13,7	1,3	2,0	25.348	(28,2)	0,9	1,5
Progr. Luz Fraterna	25.619	7,6	0,7	1,0	5.624	(6,2)	0,2	0,3
Progr. Social de Eletrificação Rural	17.639	5,3	0,5	0,8	19.439	(21,6)	0,7	1,2
Progr. Reluz	2.099	0,6	0,1	0,1	-	-	-	-
Progr. Luz Legal (parte da Copel)	707	0,2	0,0	0,0	190	(0,2)	0,0	0,0
Outros	-	-	-	-	95	(0,1)	0,0	0,0
Esporte	-	-	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros: Doações e Progr. Eletricidadania	47	0,0	0,0	0,0	4	(0,0)	0,0	0,0
Total das contribuições para a sociedade	46.875	13,9	1,3	1,9	25.352	(28,1)	0,9	1,5
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.773.585	525,4	51,8	71,6	1.269.560	(1.405,0)	45,6	77,1
Total	1.820.460	539,3	53,1	73,5	1.294.912	(1.433,0)	46,5	78,7
4 - INDICADORES AMBIENTAIS								
		% Sobre:				% Sobre:		
		RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
Investimentos relacionados com as operações da empresa	12.683	3,8	0,5	0,5	9.065	(10,0)	0,3	0,5
Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficientização - impacto ambiental e tratamento de resíduos	7.041	2,1	0,3	0,3	45	(0,0)	0,0	(0,1)
Rede Compacta ou Linha Verde	5.642	1,7	0,2	0,2	9.020	(10,0)	0,3	0,5
Investimentos em programas e/ou projetos externos	7	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Educação Ambiental e Museu Reg. Iguazu	7	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Total	12.690	3,8	0,5	0,5	9.065	(10,0)	0,3	0,4

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

() não possui metas
 () cumpre de 0 a 50%
 () cumpre de 51 a 75%
 (X) cumpre de 76 a 100%

() não possui metas
 () cumpre de 51 a 75%
 () cumpre de 0 a 50%
 (X) cumpre de 76 a 100%

(continuação)

	2004			2003		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL - em unidades						
Empregados no final do período	4.826			4.466		
Escolaridade dos empregados(as):	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total Superior e extensão universitária	1.534	1.746	662	1.459	1.672	616
Total 2º Grau	2.847	3.340	542	2.551	3.035	494
Total 1º Grau	445	494	23	456	507	23
Faixa etária dos empregados(as):						
Abaixo de 30 anos	719			474		
De 30 até 45 anos (exclusive)	2.689			2.798		
Acima de 45 anos	1.418			1.194		
Admissões durante o período	474			499		
Mulheres que trabalham na empresa	905			821		
% de Cargos gerenciais ocupados por mulheres - em relação ao nº total de mulheres	0,6			0,9		
% de Cargos gerenciais ocupados por mulheres - em relação ao nº total de gerentes	4,6			6,0		
Negros(as) que trabalham na empresa	433			405		
% de Cargos gerenciais ocupados por negros(as) - em relação ao nº total de negros(as)	1,4			1,2		
% de Cargos gerenciais ocupados por negros(as) - em relação ao nº total de gerentes	5,5			4,3		
Portadores(as) de deficiência ou necessidades Dependentes	9.852			9.651		
Estagiários(as)	742			687		
Nº de Terceirizados(as)	1.294			N/D		

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

	2004	Metas 2005
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,7	23,7
Número total de Acidentes de Trabalho	128	N/D
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção	direção
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos(as) + CIPA	todos(as) + CIPA
negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	segue as normas da OIT	seguirá as normas da OIT
A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)	todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos(as) empregados(as)	todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	apóia	organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	152.281	145.236
no Procon	967	-
na Justiça	680	-
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	100,0%	100,0%
no Procon	65,0%	N/D
na Justiça	32,2%	N/D

	2004	2003
Distribuição do Valor Adicionado :		
Pessoal	12,5%	16,4%
Governo	73,9%	79,9%
Financiadores	5,2%	8,3%
Acionistas	0,0%	0,0%
Retido	8,4%	-4,6%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

O Programa Eletricidadania computou em 2004, 514 horas dedicadas a trabalhos voluntários.

A Copel Distribuição não utiliza mão-de-obra infantil ou escrava.

Responsável pelas informações: Superintendência de Gestão Contábil / CTGR - tel. 41-3312123

AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o bom desempenho e o lucro de R\$ 207,0 milhões obtido pela Copel Distribuição neste ano provêm do constante apoio recebido dos públicos com as quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos Senhores Acionistas, aos nossos Clientes e Fornecedores, aos Senhores membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais autoridades, e à Comunidade pela confiança depositada em nossa organização.

Agradecemos especialmente ao empenho e dedicação dos nossos empregados, que têm transformado a Copel Distribuição numa empresa que é motivo de orgulho para o Estado do Paraná.

Curitiba, 21 de Março de 2005.

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2004	2003
Circulante		
Disponibilidades (nota 6)	61.698	52.510
Consumidores e revendedores (nota 7)	779.299	660.185
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	(85.795)	(51.045)
Serviços executados para terceiros, líquidos	241	-
Serviços em curso	406	605
Repasse CRC ao Gov. Estado do Paraná (nota 9)	29.459	123.885
Impostos e contribuições sociais a compensar (nota 10)	64.552	96.419
Almoxarifado	18.162	16.306
Conta de compensação da "parcela A" (nota 11)	197.162	59.463
Outros créditos (nota 12)	13.600	9.347
	1.078.784	967.675
Realizável a Longo Prazo		
Consumidores e revendedores (nota 7)	29.342	36.520
Repasse CRC ao Gov. Estado do Paraná (nota 9)	1.167.945	912.441
Impostos e contribuições sociais (nota 10)	288.582	394.290
Depósitos judiciais (nota 21)	45.003	25.049
Conta de compensação da "parcela A" (nota 11)	111.246	178.390
Outros créditos (nota 12)	97.792	59.666
	1.739.910	1.606.356
Permanente		
Investimentos	404	413
Imobilizado (nota 13)		
Em serviço	1.568.281	1.563.891
Em curso	245.281	184.498
(-) Obrigações especiais	(718.308)	(670.384)
	1.095.254	1.078.005
	1.095.658	1.078.418
Total do Ativo	3.914.352	3.652.449

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2004	2003
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	22.375	16.757
Debêntures (nota 15)	156.620	51.150
Fornecedores (nota 16)	466.185	467.023
Impostos e contribuições sociais (nota 10)	203.474	192.104
Folha de pagamento e provisões trabalhistas (nota 17)	50.975	42.904
Benefício pós-emprego (nota 18)	70.601	43.945
Taxas regulamentares	47.018	39.940
Outras contas a pagar	19.468	22.644
	1.036.716	876.467
Exigível a Longo Prazo		
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	131.296	137.945
Debêntures (nota 15)	457.407	506.761
Fornecedores (nota 16)	239.774	272.000
Benefício pós-emprego (nota 18)	322.562	343.346
Impostos e contribuições sociais (nota 10)	64.933	82.316
Coligadas e controladas	171.388	139.527
Provisões para contingências (nota 21)	120.133	130.936
	1.507.493	1.612.831
Patrimônio Líquido (nota 22)		
Capital social	1.607.168	1.607.168
Lucros acumulados	(237.025)	(444.017)
	1.370.143	1.163.151
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.914.352	3.652.449

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003
(Valores expressos em milhares de reais)

	2004	2003
Receita Operacional (nota 23)		
Fornecimento de energia elétrica	4.571.013	3.709.568
Suprimento de energia elétrica	174.962	212.611
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	80.526	14.606
Outras receitas operacionais	63.439	47.677
	4.889.940	3.984.462
Deduções da Receita Operacional (nota 24)	(1.459.364)	(1.198.056)
Receita Operacional Líquida	3.430.576	2.786.406
Custo do Serviço de Energia Elétrica		
Custo com energia elétrica (nota 25)		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.589.304)	(1.795.208)
Encargos de uso da rede elétrica	(468.050)	(359.864)
Transporte de potência de energia elétrica	(21.547)	(17.710)
	(2.078.901)	(2.172.782)
Custo de operação		
Pessoal	(233.668)	(145.335)
Planos previdenciário e assistencial (nota 28)	(69.940)	(46.457)
Material	(30.637)	(23.555)
Serviços de terceiros	(72.764)	(60.083)
Depreciação e amortização	(131.092)	(125.782)
Outros custos de operação	4.716	(2.807)
	(533.385)	(404.019)
Custo do serviço prestado a terceiros		
Pessoal	(1.793)	(966)
Planos previdenciário e assistencial (nota 28)	(538)	(325)
Material	(1.002)	(203)
Serviços de terceiros	(6.152)	(10.466)
Outros custos do serviço prestado a terceiros	(532)	(150)
	(10.017)	(12.110)
	(2.622.303)	(2.588.911)
Lucro Operacional Bruto	808.273	197.495
Despesas Operacionais (nota 26)		
Despesas com vendas	(77.432)	(33.831)
Despesas gerais e administrativas	(272.902)	(209.262)
Outras despesas operacionais	(326.479)	(171.874)
	(676.813)	(414.967)
Resultado do Serviço	131.460	(217.472)
Resultado Financeiro (nota 29)		
Receitas financeiras	347.402	269.209
Despesas financeiras	(141.326)	(142.100)
	206.076	127.109
Lucro (Prejuízo) Operacional	337.536	(90.363)
Resultado Não Operacional (nota 30)	(6.291)	(5.421)
Lucro (Prejuízo) antes do Imp. Renda e Contr. Social	331.245	(95.784)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de renda	(91.101)	14.763
Contribuição social	(33.152)	5.350
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	206.992	(75.671)
Lucro (Prejuízo) Líquido por Lote de Mil Ações	128,7930	(47,0834)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



COPEL

Distribuição

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2002	1.607.168	(368.346)	1.238.822
Prejuízo do exercício	-	(75.671)	(75.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	1.607.168	(444.017)	1.163.151
Lucro líquido do exercício	-	206.992	206.992
Saldo em 31 de dezembro de 2004	1.607.168	(237.025)	1.370.143

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

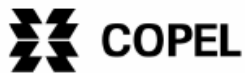
**COPEL****Distribuição****Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos****DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais)

ORIGENS	2004	2003
DAS OPERAÇÕES		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	206.992	(75.671)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	142.275	137.428
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(98.649)	(92.679)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.220	(17.226)
Provisões (reversões) no exigível a longo prazo	75.822	344.892
Baixas de realizáveis a longo prazo	70.225	2.958
Baixas de investimentos	3	2
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	11.718	5.813
	205.614	381.188
Resultado ajustado	412.606	305.517
Total das operações	412.606	305.517
De terceiros		
Resgate de depósitos judiciais e cauções	25.000	-
Controladora e coligadas	31.862	108.586
Contribuições do consumidor	47.924	44.109
Empréstimos e financiamentos	25.412	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Consumidores e revendedores	11.380	9.255
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	24.214	19.097
ICMS a recuperar	17.903	46.338
Conta de compensação da "parcela A"	205.231	80.176
Total de terceiros	388.926	307.561
Da redução do capital circulante líquido	49.140	-
TOTAL DAS ORIGENS	850.672	613.078

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COPEL****Distribuição****Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003
(Valores expressos em milhares de reais)

APLICAÇÕES	2004	2003
No imobilizado	233.808	157.958
No realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	1.859	38.426
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná - reclassificação do circulante	170.149	-
Impostos e contribuições sociais a compensar	1.987	12.018
Depósitos judiciais	21.989	28.170
Controladora e coligadas	-	-
Conta de compensação da "parcela A"	111.937	114.404
Conta de compensação da "parcela A" - reclassificação do circulante	-	78.846
Ativo regulatório PIS e COFINS	61.247	-
	369.168	271.864
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante		
Empréstimos e financiamentos	22.708	16.714
Debêntures	100.000	-
Fornecedores	32.227	6.516
Benefícios pós-emprego	91.154	70.204
Impostos, contribuições sociais e outras contas a pagar	-	2.286
Contingências judiciais - líquidas dos depósitos	1.607	318
	247.696	96.038
No aumento do capital circulante líquido	-	87.218
TOTAL DAS APLICAÇÕES	850.672	613.078
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante inicial	967.675	754.927
Passivo circulante inicial	876.467	750.937
Capital circulante líquido inicial	91.208	3.990
Ativo circulante final	1.078.784	967.675
Passivo circulante final	1.036.716	876.467
Capital circulante líquido final	42.068	91.208
Aumento (redução) do capital circulante líquido	(49.140)	87.218

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



COPEL

Distribuição

Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais)

	2004	2003
Receitas		
Venda de energia, serviços e outras receitas	4.889.940	3.984.461
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(65.418)	(17.787)
Resultado não operacional	(6.291)	(5.421)
Total	4.818.231	3.961.253
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	1.589.304	1.795.208
Encargos de uso da rede elétrica	489.597	377.574
Material, insumos e serviços de terceiros	195.010	171.650
Encargos de capacidade emergencial	137.243	106.391
Outros insumos	146.896	6.897
Total	2.558.050	2.457.720
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	2.260.181	1.503.533
(-) Depreciação e amortização	142.275	137.428
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.117.906	1.366.105
(+) Valor Adicionado Transferido		
Receitas financeiras (-) impostos	357.486	279.984
Total	357.486	279.984
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.475.392	1.646.089

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003
(Valores expressos em milhares de reais)

	2004	%	2003	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :				
Pessoal				
Remunerações	213.936		171.468	
Encargos sociais - FGTS	16.377		13.452	
Auxílio alimentação e educação	21.519		15.921	
Indenizações e rescisões trabalhistas	(22.102)		10.569	
Transferências para imobilizado em curso	(14.981)		(13.753)	
Planos previdenciário e assistencial	83.475		63.380	
Participação nos resultados	11.170		9.600	
Total	309.394	12,5	270.637	16,4
Governo				
Encargos sociais - INSS	55.749		45.735	
ICMS	1.133.883		912.474	
PIS	30.868		24.263	
COFINS	132.532		119.534	
Taxas regulamentares	293.827		171.193	
Imposto de Renda e Contribuição Social	124.253		(20.113)	
Outros impostos e taxas	58.222		62.209	
Total	1.829.334	73,9	1.315.295	79,9
Financiadores				
Juros e variações monetárias	118.026		126.060	
Aluguéis	11.646		9.768	
Total	129.672	5,2	135.828	8,3
Acionistas				
Lucros retidos (Prejuízos compensados)	206.992		(75.671)	
Total	206.992	8,4	(75.671)	(4,6)
	2.475.392	100,0	1.646.089	100,0
Valor Adicionado (médio) por empregado	533		388	
Taxa de contribuição do patrimônio líquido - %	180,7		141,5	
Taxa de geração de riqueza - %	63,2		45,1	
Taxa de retenção de riqueza - %	8,4		(4,6)	

Nota: Demonstração em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resol. CFC nº 1.010 publicada no D.O.U. em 25.01.2005.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A COPEL Distribuição S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, destinada a explorar a distribuição e a comercialização de energia elétrica, de combustíveis e de matérias-primas energéticas. Distribui energia elétrica em 392 dos 399 municípios do Estado do Paraná, atendendo a 98% dos consumidores do Estado, bem como ao município de Porto União/SC. Adicionalmente, atendia a consumidores livres no Estado de São Paulo, cujos contratos encerraram no final do ano de 2004. Tais atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

2. Concessões

A COPEL Distribuição S.A. detém concessão para a distribuição de energia elétrica válida até o ano de 2015.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4. Principais Práticas Contábeis

a) Aplicações financeiras - Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

b) Consumidores e revendedores - Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada e a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

d) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado) - Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização.

e) Investimentos - Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda, quando aplicável.

f) Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL n.º 015 de 24 de dezembro de 1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL n.º 02 de 24 de dezembro de 1997 e n.º 44, de 17 de março de 1999 e apresentadas na nota 13.

Os gastos de administração geral são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é permitida com base em critérios adequadamente fundamentados.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as obrigações vinculadas à concessão, registradas nos livros em subgrupo específico no passivo exigível a longo prazo, estão apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado.

Os encargos financeiros, os juros e efeitos inflacionários incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção .

g) Empréstimos, financiamentos e debêntures - Os empréstimos, financiamentos e debêntures são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

h) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São calculados com base nas alíquotas efetivas de imposto de renda e de contribuição social e reconhecido o diferimento em função das diferenças intertemporais e prejuízos fiscais.

i) Planos previdenciário e assistencial - Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial junto à Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, tendo sido adotado o critério de ajuste à conta de lucros acumulados, registrado no exercício de 2001.

j) Provisões para contingências - Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na nota 21.

k) Outros direitos e obrigações – Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

l) Uso de estimativas – A preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade adotados no Brasil requer que a Administração da Companhia faça estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados atuais dessas transações e informações podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia no MAE, que são reconhecidas com base nas estimativas e o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos participantes do MAE.

m) Diferimentos de custos do setor – A estrutura de definição das tarifas no Brasil está projetada para fornecer a recuperação dos custos permitidos da Companhia. Dessa forma, e seguindo orientação da ANEEL, a Companhia capitaliza as variações de custos permitidos como ativos regulatórios diferidos quando existe uma expectativa provável de que a receita futura equivalente aos custos incorridos será faturada e cobrada como resultado direto da inclusão dos custos em uma tarifa ajustada, definida pela agência reguladora. O ativo regulatório diferido será eliminado quando a Companhia cobrar os custos relacionados por meio de faturamento aos consumidores.

n) Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

o) Lucro líquido por ação - Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

5. Acordo Geral do Setor Elétrico

O Setor Elétrico Brasileiro foi submetido em 2001 a um Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica. O Governo Federal criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar esforços para aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento, que vigorou de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

Nesse período de excepcionalidade, a aplicação comercial das regras de mercado traria consequências irreparáveis aos agentes do mercado de energia elétrica, motivo pelo qual exigiu-se o esforço da sociedade, das autoridades governamentais, do Poder Concedente e de todos os agentes do setor elétrico nacional.

Ao final do ano de 2001, alcançou-se o Acordo Geral do Setor Elétrico (o “Acordo”) entre Geradoras, Distribuidoras e o Governo Federal, atuando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como agente financiador. O Acordo assumido foi operacionalizado pela ANEEL, estabelecendo, em Resoluções, os procedimentos contábeis necessários a refletir o Acordo e diversas outras decisões do Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. O Acordo, subscrito pelos agentes em 18 de dezembro de 2001, refletiu-se na Medida Provisória n.º 14, de 21 de dezembro de 2001, e posteriormente convertida na Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002.

Dando cumprimento à determinação da ANEEL, as presentes demonstrações contábeis estão sendo apresentadas contendo o resultado do processamento do movimento de energia elétrica no país, divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia – MAE, que, a partir de 2004, foi sucedido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A COPEL Distribuição, em via administrativa na ANEEL, está defendendo sua posição como signatária do respectivo Acordo. As partes possuem divergências quanto ao entendimento das regulamentações dispostas no Acordo, bem como pendências administrativas e judiciais entre as partes (nota 33).

6. Disponibilidades

				2004	2003
Caixa e bancos				27.874	44.316
Aplicações financeiras	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Banco do Brasil	CDB	24/11/2006	100,00% CDI	184	-
Banco do Brasil	CDB	21/12/2005	99,50% CDI	8.343	-
Banco do Brasil	CDB	18/12/2006	100,00% CDI	5.960	-
Banco do Brasil	CDB	25/10/2006	99,00% CDI	183	-
Banco do Brasil	CDB	11/12/2006	100,00% CDI	5.849	-
Caixa Econômica Federal	CDB	15/12/2006	99,00% CDI	10.159	-
Bradesco	CDB	25/11/2005	99,50% CDI	3.146	-
Unibanco	CDB	11/9/2006	100,00% CDI	-	8.194
				33.824	8.194
				61.698	52.510

7. Consumidores e Revendedores

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2004	2003
Consumidores					
Residencial	69.368	58.516	4.199	132.083	111.408
Industrial	79.346	14.998	16.356	110.700	79.694
Comercial	43.168	19.544	3.941	66.653	52.761
Rural	9.207	3.963	233	13.403	10.775
Poder público	25.017	13.456	30.579	69.052	56.496
Iluminação pública	10.621	2.167	2.022	14.810	14.532
Serviço público	8.757	639	183	9.579	7.441
Não faturados	126.570	-	-	126.570	103.140
Parcelamento de energia - CP	70.819	10.371	13.027	94.217	97.637
Parcelamento de energia - LP	29.342	-	-	29.342	36.520
Enc. de capac. emergencial (a)	6.532	4.525	7.806	18.863	17.375
Tarifa social baixa renda (b)	12.394	-	-	12.394	17.758
Governo do PR - luz fraterna	1.817	6.706	25.059	33.582	7.948
Outros créditos	5.788	8.219	32.090	46.098	38.455
	498.746	143.104	135.495	777.346	651.940
Revendedores					
Suprimento					
Suprimento curto prazo	-	-	49	50	797
Suprimento - MAE (nota 33)	4.071	-	-	4.071	25.660
Contratos iniciais	3.609	913	-	4.522	5.139
Contratos bilaterais	9.593	-	-	9.593	10.901
	17.273	913	49	18.236	42.497
Sistema de Transmissão					
Rede elétrica	13.059	-	-	13.059	2.268
	13.059	-	-	13.059	2.268
2004	Total Curto Prazo	499.736	144.017	135.544	779.299
	Total Longo Prazo	29.342	-	-	29.342
2003	Total Curto Prazo	501.911	123.479	79.802	660.185
	Total Longo Prazo	73.207	-	-	36.520

a) Encargos de capacidade emergencial

A Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, determina que os custos, inclusive de natureza operacional, tributária e administrativa, relativos à aquisição de energia elétrica (kWh), e a contratação de capacidade de geração ou potência (kW) pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, sejam rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Nacional Interligado, proporcionalmente ao consumo individual verificado, constituindo adicional tarifário específico. A tarifa cobrada atualmente dos consumidores, a título de encargo de capacidade emergencial, é de R\$ 0,0067/kWh (Resolução ANEEL n.º 262, em vigor desde 01/11/2004), as anteriores foram: de R\$ 0,0085/kWh (Resolução ANEEL n.º 496/2003, com vigência de 29/09/2003 a 31/10/2004), R\$ 0,0066/kWh (Resolução ANEEL n.º 295/2003, com vigência de 26/06/2003 a 28/09/2003), R\$ 0,0057/kWh (Resolução ANEEL n.º 351/2002, com vigência de 28/06/2002 a 25/06/2003) e no período de 1º de março de 2002 era de R\$ 0,0049/kWh (Resoluções ANEEL n.ºs 071/2002 e 249/2002).

Nesse sentido, os valores faturados e repassados à CBEE, como encargo tarifário durante o exercício de 2004 foram de R\$ 136.498 e R\$ 128.137, respectivamente.

O encargo é repassado à CBEE quando do efetivo recebimento pela Companhia.

b) Tarifa social baixa renda

O Governo Federal, através da Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, ocasionando um significativo impacto na receita operacional da Companhia.

O Decreto Presidencial n.º 4.336, de 15 de agosto de 2002, autorizou a Eletrobrás a utilizar recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, para financiamento às concessionárias da perda de receita com aplicação da tarifa social aos consumidores de baixa renda, decorrentes dos novos critérios estabelecidos na Lei n.º 10.438/02, atualizada pela Lei n.º 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

A ANEEL divulgou através da Resolução n.º 491, de 30 de agosto de 2002, os procedimentos, condições e prazos para a homologação dos valores que serviram de base à contratação dos financiamentos junto à Eletrobrás.

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

A ANEEL, através da Resolução Normativa n.º 089/2004, de 25 de outubro de 2004, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida à concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica ou de montante a ser utilizado para a redução do nível das suas tarifas, de forma a contrabalançar os efeitos de política tarifária aplicável a unidades consumidoras integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a norma contida no Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL. Após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Adições (*)		Baixas	
	2003			2004
Consumidores e revendedores				
Residencial	22.810	54.729	(20.840)	56.699
Industrial	4.533	9.519	(3.527)	10.525
Comercial	5.417	2.188	(5.307)	2.298
Rural	133	575	(688)	20
Poder público	16.957	(1.376)	-	15.581
Iluminação pública	1.083	(492)	-	591
Serviço público	112	177	(208)	81
	51.045	65.320	(30.570)	85.795

(*) Líquidas das Reversões

9. Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Mediante contrato firmado em 4 de agosto de 1994 e termo aditivo de dezembro de 1995, o saldo remanescente da conta de resultados a compensar – CRC foi negociado com o Governo do Estado do Paraná para ser ressarcido em 240 meses, atualizado pela variação do IGP-DI e juros de 6,65% a.a.. Em 1º de outubro de 1997, houve renegociação do saldo para pagamento nos 330 meses seguintes pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30 de outubro de 1997 e a última em 30 de março de 2025, mantidas as cláusulas de atualização e juros do contrato original.

O Governo do Estado do Paraná, em 19 de março de 2003, formulou ao Ministério da Fazenda solicitação de aprovação de pedido de federalização do crédito de CRC da Copel, o qual foi enviado à Secretaria do Tesouro Nacional para avaliação.

Através do quarto termo aditivo assinado em 21 de janeiro de 2005, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná, o saldo em 31 de dezembro de 2004 da conta de resultados a compensar – CRC, no montante de R\$ 1.197.403, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30 de janeiro de 2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

No valor renegociado, além das parcelas vincendas, estão incluídos o saldo da parcela vencida em fevereiro de 2003 e as parcelas vencidas de março de 2003 a dezembro de 2004, corrigidos pelo IGP-DI e acrescidos de juros de 1% a.m.. As demais cláusulas do contrato original foram mantidas.

O Governo do Estado vem cumprindo com o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.

10. Impostos e Contribuições Sociais

	2004	2003
Ativo circulante		
Imp. de renda e contrib. social antec. e a compensar	23.291	15.992
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	5.578	5.469
Parcela Refis	20.089	16.875
ICMS a recuperar (b)	15.594	58.083
	64.552	96.419
Ativo realizável a longo prazo		
Imp. de renda e contrib. social diferidos sobre: (a)		
Déficit previdenciário - plano III	62.674	65.778
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	39.225	41.677
Adições temporárias	46.283	23.389
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	113.723	158.722
ICMS a recuperar (b)	20.619	104.724
ICMS liminar para depósito judicial	6.058	-
	288.582	394.290
Passivo circulante		
IRPJ/CSLL sobre diferimento da CVA (a)	66.808	14.190
Imposto de renda retido na fonte	374	153
ICMS a recolher	126.860	165.285
PIS e COFINS a recolher	8.766	12.130
Outros tributos	666	346
	203.474	192.104
Passivo exigível a longo prazo		
IRPJ/CSLL sobre diferimento da CVA (a)	38.051	82.316
IRPJ/CSLL sobre ativo regulatório PIS/COFINS (a)	20.824	-
ICMS liminar para depósito judicial	6.058	-
	64.933	82.316

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém imposto de renda diferido calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e a contribuição social diferida constituída à alíquota de 9%.

Os tributos diferidos sobre déficit previdenciário estão sendo realizados em conformidade com o plano de amortização da respectiva dívida e a provisão para convênio assistencial na medida em que ocorrem os pagamentos dos benefícios pós-emprego. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros tributáveis, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

A base de cálculo para a realização dos créditos fiscais está contabilizada como segue:

	2004
Ativo circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.578
Ativo realizável a longo prazo	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	261.906
(-) Passivo circulante	
IRPJ/CSLL sobre diferimento da CVA	66.808
(-) Passivo exigível a longo prazo	
IRPJ/CSLL sobre diferimento da CVA	38.051
IRPJ/CSLL sobre ativo regulatório PIS/COFINS	20.824
IRPJ/CSLL diferidos	
	141.801

Em cumprimento à Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002, a expectativa de geração de base de cálculo positiva em montante suficiente para realização dos créditos fiscais, contabilizados pela Companhia com base em estudos submetidos à apreciação dos órgãos da Administração e aprovados por esta, está apresentada a seguir:

	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2004	14.051	4.599
2005	-	10.180
2006	-	21.483
2007	-	45.060
2008	-	36.358
2009	-	24.121
	14.051	141.801

Estas projeções de resultado futuro serão objeto de reavaliação da administração quando da aprovação do encerramento do exercício de 2005.

b) ICMS a recuperar

O Governo do Estado homologou em 05 de setembro de 2002, em favor da Copel Distribuição, direito de crédito extemporâneo de ICMS, no montante original de R\$ 167.485, destacados nas aquisições de ativos permanentes da Copel, o qual vinha sendo descontado dos recolhimentos de ICMS no período estipulado de quarenta e oito meses, atualizados pelo Fator de Conversão e Atualização – FCA.

De setembro de 2002 à maio de 2004, foram descontadas 21 parcelas, totalizando um valor de R\$ 80.552 .

Em função do indeferimento deste direito por parte do Governo do Estado, em 2004, a Companhia efetuou o estorno contábil do mesmo, originando então um débito de ICMS relativo ao valor das 21 parcelas até então deduzidas, o qual, após a atualização monetária e a adição de juros moratórios, totalizou um valor de R\$ 108.777. Este débito foi quitado através da compensação com parte do valor a receber do governo do Estado do Paraná, relativo à conta de CRC.

11. Conta de Compensação da “Parcela A”

A Portaria Interministerial n.º 25, de 24 de janeiro de 2002, dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, a partir do ano de 2001, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

	Principal	Amortização	Líquido 2004	Líquido 2003
CVA recuperável reajuste tarifário 2003				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	66.690	(16.675)	50.015	66.690
Transporte de energia comprada (Itaipu)	940	(234)	706	940
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	32.333	(8.082)	24.251	32.333
Taxas regulamentares (CDE)	24.372	(6.090)	18.282	24.372
Encargos de serviços de sistema - ESS	17.558	(4.392)	13.166	17.558
Atualização monetária - SELIC	59.175	(20.623)	38.552	35.163
	201.068	(56.096)	144.972	177.056
CVA recuperável reajuste tarifário 2004				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	7.730	(3.865)	3.865	1.405
Transporte de energia comprada (Itaipu)	4.094	(2.047)	2.047	2.054
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	72.251	-	72.251	29.610
Taxas regulamentares (CDE)	13.745	(6.873)	6.872	6.093
Encargos de serviços de sistema - ESS	26.549	(13.273)	13.276	15.489
Taxas regulamentares (CCC)	16.670	(8.334)	8.336	2.234
Atualização monetária - SELIC	17.523	(6.270)	11.253	3.912
	158.562	(40.662)	117.900	60.797
CVA recuperável reajuste tarifário 2005				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	(7.154)	-	(7.154)	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.676	-	1.676	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	37.102	-	37.102	-
Taxas regulamentares (CDE)	(1.139)	-	(1.139)	-
Encargos de serviços de sistema - ESS	2.828	-	2.828	-
Taxas regulamentares (CCC)	7.576	-	7.576	-
Atualização monetária - SELIC	4.647	-	4.647	-
	45.536	-	45.536	-
			308.408	237.853
Total Curto Prazo			197.162	59.463
Total Longo Prazo			111.246	178.390

A Portaria Interministerial n.º 116, de 4 de abril de 2003, determinou o adiamento por 12 meses da compensação do saldo da CVA para os reajustes tarifários anuais que ocorreram entre 8 de abril de 2003 e 7 de abril de 2004.

O saldo da CVA referente ao período de 2002/2003, cuja compensação foi adiada nos termos da Portaria Interministerial n.º 116, de 04 de abril de 2003, acrescido do saldo da CVA apurado nos doze meses subsequentes, nos termos da Portaria Interministerial n.º 25, de 24 de janeiro de 2002, serão compensados nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias nos 24 meses subsequentes ao reajuste tarifário anual que ocorrer entre 8 de abril de 2004 e 7 de abril de 2005.

Sendo assim, conforme Nota Técnica n.º 146/2004 – ANEEL, de 21 de junho de 2004, em junho de 2004 foram reconhecidos no reajuste tarifário 50% do saldo da Conta de compensação da “parcela A” no valor de R\$ 112.193 referente ao período de 2002/2003 e o valor de R\$ 75.184 referente ao período de 2003/2004.

Os saldos remanescentes dos dois períodos serão considerados no reajuste de 2005.

Esta portaria estabelece ainda, que para efeito de cálculo do reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica, a CVA deve também registrar as variações da quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

12. Outros Créditos

	2004	2003
Ativo circulante		
Empregados	3.959	3.241
Adiantamento a fornecedores	94	18
Entidades seguradoras	256	679
Salários empregados cedidos a recuperar	638	647
Adiantamento para depósitos judiciais	37	74
Depósitos em garantia	4.310	5.761
Alienação de bens e direitos	47	49
Desativações em curso	1.675	544
Pagamentos antecipados	486	513
Outros créditos a receber	2.098	(2.179)
	13.600	9.347
Ativo realizável a longo prazo		
Depósitos em garantia	-	25.000
Caução do contrato da STN (nota 14.1)	21.381	20.088
IUEE - Prefeituras municipais (nota 21)	7.374	7.374
Empréstimos compulsórios	7.484	6.899
Bens e direitos destinados à alienação	62	62
Ativos regulatórios PIS e COFINS (a)	61.247	-
Outros créditos a receber	244	243
	97.792	59.666

a) Ativo regulatório PIS e COFINS

Pela publicação das Leis Federais n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002 e 10.833 de 29 de dezembro de 2003 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS e da COFINS. Em razão destas alterações, ocorreu crescimento nas despesas com PIS de dezembro de 2002 a dezembro de 2004 e nas despesas com a COFINS de fevereiro de 2004 a dezembro de 2004.

A ANEEL, através do Ofício Circular n.º 302/2005-SFF/ANEEL, enviado à Companhia, reconhece o direito da Companhia em ser ressarcida dos custos adicionais com PIS e COFINS, definindo que as concessionárias deverão apurar o valor do impacto produzido até a data do balanço em função da mudança de critérios de apuração do PIS e COFINS e reconhecê-lo contabilmente como um ativo ou um passivo, conforme a natureza do impacto, positivo ou negativo, respectivamente. Substanciado em tal dispositivo, a Companhia registrou, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos no montante de R\$ 61.247 como Ativo realizável a longo prazo e, em contrapartida, reduzindo a despesa com PIS e COFINS.

A Companhia estima que os valores registrados serão recuperados na tarifa a partir de julho de 2005, sendo que os critérios de atualização e prazo de recuperação estão ainda pendentes de definição pela ANEEL.

13. Imobilizado

	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2004	Líquido 2003
Em serviço				
Intangíveis	26.836	14.646	12.190	11.340
Terrenos	16.357	-	16.357	16.332
Edificações	76.987	26.648	50.339	53.151
Máquinas e equipamentos	2.851.050	1.376.639	1.474.411	1.468.181
Veículos	43.503	30.838	12.665	12.629
Móveis e utensílios	5.062	2.743	2.319	2.258
	3.019.795	1.451.514	1.568.281	1.563.891
Em curso				
Intangíveis	11.928	-	11.928	11.613
Terrenos	156	-	156	18
Edificações	3.647	-	3.647	1.014
Máquinas e equipamentos	142.861	-	142.861	77.981
Veículos	903	-	903	84
Móveis e utensílios	526	-	526	257
Estudos e projetos	9.368	-	9.368	8.773
Material em depósito	44.366	-	44.366	37.754
Compras em andamento	-	-	-	830
Depósitos judiciais	31.526	-	31.526	46.174
	245.281	-	245.281	184.498
Obrigações vinculadas à concessão		-	(718.308)	(670.384)
			1.095.254	1.078.005

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL n.º 44/1999 e a Portaria n.º 96, de 17 de março de 1995, do Ministério das Comunicações, são:

Tipos de Bens	%
Equipamento geral	10,0
Bancos de Capacitadores	6,7
Chave de Distribuição	6,7
Condutor do Sistema	5,0
Estrutura do Sistema	5,0
Regulador de Tensão	4,8
Transformador	5,0

a) Obrigações especiais

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final das concessões.

b) Planos de Universalização de Energia Elétrica

A ANEEL, através da Resolução n.º 223, de 29 de abril de 2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei n.º 10.438 de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Foi devolvido aos consumidores até 31 de dezembro de 2004 o montante de R\$ 4.427.

O programa instituído pelo governo e denominado “luz para todos” objetivou antecipar a meta e completar 100% de eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

c) Levantamento físico dos bens do imobilizado

A Companhia realiza regularmente inventários físicos cíclicos de seus ativos, distribuídos dentro de sua área de concessão.

d) Base de Remuneração Regulatória

Em 24 de junho de 2004, a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução n.º 146, com o resultado final da revisão tarifária periódica da Companhia. Nesta resolução a ANEEL validou o valor de R\$ 1.315.665 como base de remuneração regulatória para os ativos da Copel Distribuição.

14. Empréstimos e Financiamentos

Como parte do processo de sua constituição, a COPEL Distribuição S. A. recebeu da controladora contratos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras. Os contratos cuja transferência legal estavam, até a data do balanço, em fase de formalização, estão registrados em contas a receber e em obrigações por empréstimos e financiamentos na Holding.

	Principal	Circulante Encargos	Longo prazo Principal	Total 2004	Total 2003
Moeda estrangeira					
Secretaria Tesouro Nacional (1)	9.899	1.155	107.563	118.617	139.991
	9.899	1.155	107.563	118.617	139.991

A composição dos empréstimos consolidados é como segue:

	Principal	Circulante Encargos	Longo prazo Principal	Total 2004	Total 2003
Moeda estrangeira					
Secretaria Tesouro Nacional (1)	9.899	1.155	107.563	118.617	139.991
Eletrobrás (3)	8	-	72	80	92
	9.907	1.155	107.635	118.697	140.083
Moeda nacional					
Eletrobrás (3)	11.090	20	22.482	33.592	12.255
Banestado (4)	116	-	61	177	1.183
Banco do Brasil S.A. (2)	81	6	1.119	1.206	1.181
	11.287	26	23.662	34.975	14.619
	21.194	1.181	131.297	153.672	154.702

(1) **Secretaria do Tesouro Nacional** - A reestruturação da dívida de médio e longo prazos, assinada em 20 de maio de 1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei n.º 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	2004	2003
Par Bond	30	15.04.2024	30	33.515	36.485
Capitalization Bond	20	15.04.2014	10	27.175	32.697
Debt Conversion Bond	18	15.04.2012	10	23.746	29.296
Discount Bond	30	15.04.2024	30	23.201	25.257
El Bond - Bônus de Juros	12	15.04.2006	3	3.409	6.183
New Money Bonds	15	15.04.2009	7	3.758	5.000
FLIRB	15	15.04.2009	9	3.813	5.073
				118.617	139.991

- (2) **Banco do Brasil S.A.** Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil S.A., assinado em 30 de março de 1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema price, a partir de 1º de abril de 1994, atualização mensal pela TJLP e IGPM e taxa de juros de 5,098% a.a..
- (3) **Eletrobrás** - Empréstimos originados de recursos do da Reserva Global de Reversão – RGR, para expansão dos sistemas de distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999 e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 6,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice da UFIR. O contrato repassado à Copel Distribuição, com recursos do BIRD, tem encargos pagos semestralmente de 3,98% a.a.; a garantia é dada por fiança do Governo Federal para a Controladora.
- (4) **Banco Banestado S.A.** – Contratos do Fundo de Desenvolvimento Urbano assinados em 02 de dezembro de 1996 e 23 de julho de 1998, amortizáveis em 96 parcelas mensais pelo sistema price, com carência de 12 meses, atualização mensal com base na TR e taxa de juros de 8,5% a.a.. O contrato assinado em 02 de dezembro de 1996 encerrou em setembro de 2004.

a) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	2004	%	2003	%
Moeda estrangeira				
Dólar norte-americano	118.697	77,24	140.083	90,55
	118.697	77,24	140.083	90,55
Moeda nacional				
TR	176	0,12	1.183	0,75
URBNDES e TJLP	82	0,05	24	0,02
IGP-M	1.124	0,73	1.157	0,75
UFIR	33.593	21,86	12.255	7,92
	34.975	22,76	14.619	9,45
	153.672	100,00	154.702	100,00

b) Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2004	2003
Dólar norte-americano	(8,13)	(18,23)
TR	1,72	4,57
URBNDES	3,50	5,26
IGP-M	12,41	8,71

c) Vencimentos das parcelas a longo prazo:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	
	2004	2003	2004	2003
2005	-	-	-	14.230
2006	8.776	10.632	19.408	12.315
2007	7.646	5.370	13.016	9.760
2008	7.646	787	8.433	8.574
2009	6.809	787	7.596	7.663
2010	5.972	787	6.759	6.752
2011	5.972	787	6.759	6.752
2012	4.396	787	5.183	5.037
2013	2.821	787	3.608	3.323
2014	1.414	683	2.097	3.323
2015	1.414	683	2.097	3.323
após 2015	54.769	1.572	56.341	56.893
	107.635	23.662	131.297	137.945

d) Mutação de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	
Em 31 de dezembro de 2002	7.177	169.659	29.043	15.840	221.719
Ingressos	-	-	-	44	-
Encargos capitalizados	-	-	-	-	-
Encargos	7.048	-	1.888	-	8.936
Variação monetária e cambial	(1.132)	(31.002)	1.496	119	(30.519)
Transferências	10.717	(10.717)	5.997	(5.997)	-
Amortizações	(11.666)	-	(33.810)	-	(45.476)
Em 31 de dezembro de 2003	12.144	127.940	4.614	10.006	154.704
Ingressos	-	-	-	25.412	25.412
Encargos capitalizados	-	-	-	-	-
Encargos	6.332	-	2.255	-	8.587
Variação monetária e cambial	(1.207)	(9.479)	4	126	(10.556)
Transferências	10.826	(10.826)	11.882	(11.882)	-
Amortizações	(17.033)	-	(7.442)	-	(24.475)
Em 31 de dezembro de 2004	11.062	107.635	11.313	23.662	153.672

15. Debêntures

A operação de emissão de debêntures simples foi aprovada pela 156.ª Assembléia Geral Extraordinária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, em 19 de fevereiro de 2002, e a emissão foi concluída em 9 de maio de 2002, com subscrição integral no valor total de R\$ 500.000, dividida em 3 séries (R\$ 100.000, R\$ 100.000 e R\$ 300.000, respectivamente), cabendo as 2ª e 3ª séries à COPEL Distribuição S.A., com prazo de vigência de 5 anos, vencíveis em 1.º de março de 2007. A 2.ª série poderá ser repactuada em março de 2005.

A espécie das debêntures é sem preferência (quirografária), com garantia pela fiança conjunta e solidária das subsidiárias integrais da COPEL. Não são conversíveis em ações e têm forma escritural. A destinação dos recursos foi a quitação do Euro-Commercial Paper e aplicação no programa de investimentos relativo aos exercícios de 2002 a 2004.

A remuneração da 2.ª série será equivalente à variação da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – Cetip (a taxa DI), capitalizada de "spread" de 1,75% a.a.. Serão pagos semestralmente no primeiro dia útil nos meses de março e setembro. A 3.ª série terá seu valor nominal unitário remunerado a partir da data de emissão, 1.º de março de 2002, pelo IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, pelo n.º de dias úteis, mais juros de 13,25% a.a.. Os juros serão pagos anualmente no 1.º dia útil de março e a atualização pelo IGP-M em parcela única, juntamente com o principal.

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2004 é como segue:

	Circulante		Longo prazo	
	Principal / Encargos	Principal	2004	2003
Moeda nacional				
Debêntures	156.620	457.407	614.027	557.911
	156.620	457.407	614.027	557.911

16. Fornecedores

	2004	2003
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da conexão	23.479	21.670
Uso da rede básica	34.505	35.239
Transporte de energia	2.622	2.450
	60.606	59.359
Fornecedores de energia elétrica		
Eletrobrás (Itaipu)	62.736	68.741
Cia. de Interconexão Energética - CIEN	63.000	63.000
Cia. de Interconexão Energética - CIEN - LP	239.773	272.000
Itiquira Energética S.A.	5.894	5.268
COPEL Geração	191.701	228.643
Outros concessionários	51.407	20.059
	614.511	657.711
Materiais e serviços		
Outros fornecedores	30.841	21.953
	30.841	21.953
	705.958	739.023
Total Curto Prazo	466.185	467.023
Total Longo Prazo (LP)	239.773	272.000

17. Provisões Trabalhistas

	2004	2003
Folha de pagamento		
Folha de pagamento, líquida	11.263	9.770
Tributos e contribuições sociais	8.234	6.783
	19.497	16.553
Provisões trabalhistas		
Férias e 13º salário	23.734	19.848
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	7.744	6.503
	31.478	26.351
	50.975	42.904

18. Benefício Pós-Emprego

As subsidiárias da Companhia, através da Fundação Copel, da qual são patrocinadoras, mantêm planos de complementação de aposentadoria e pensão (“Plano Previdenciário”) e de assistência médica e odontológica (“Plano Assistencial”) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego. As contribuições aos planos são efetuadas por ambos, patrocinadoras e beneficiários, baseadas em cálculos atuariais preparados por atuários independentes, seguindo as normas vigentes aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, com o objetivo de prover fundos suficientes para cobrir as obrigações futuras com os benefícios a conceder.

Com a criação das subsidiárias integrais em 2001, o saldo da dívida relativa à mudança de plano (Plano Previdenciário III) ocorrida em 1998, atualizado até então, foi transferido às mesmas, financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1º de agosto de 2001. Como garantia destes contratos, as patrocinadoras autorizaram a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de propriedade das mesmas e, ainda, a Companhia ficou como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

A Companhia adota as práticas contábeis instituídas pela Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, para registrar os custos com os planos previdenciário e assistencial, bem como os encargos sobre a dívida assumida com o Plano III. O registro da mudança do plano foi efetuado no exercício de 2001, diretamente no Patrimônio Líquido.

19. Taxas Regulamentares

	2004	2003
Passivo circulante		
Reserva global de reversão - RGR	1.649	2.501
RGR - diferenças de 2001	-	6.166
RGR - diferenças de 2002	394	-
Conta de consumo de combustível - CCC	15.462	3.525
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.989	6.093
Taxa de fiscalização - ANEEL	457	254
Encargos de capacidade emergencial	22.067	21.401
	47.018	39.940

20. Outras Contas a Pagar

	2004	2003
Taxa de iluminação pública arrecadada	13.562	17.998
Pré-venda de energia	96	108
Consumidores baixa renda	443	827
Adiantamento de clientes - crédito de ICMS	-	3
Consumidores	1.851	2.218
Cauções em garantia	102	74
Empréstimo compulsório - Eletrobrás	1.034	(792)
Entidade seguradora - prêmio a pagar	333	337
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.791	-
Outras obrigações	256	1.871
	19.468	22.644

21. Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de êxito é considerada desfavorável.

	Depósitos judiciais (Ativo - LP)		Provisões (Passivo - LP)	
	2004	2003	2004	2003
Trabalhistas	32.130	19.965	37.354	61.264
Cíveis:				
Consumidores	1.456	6	15.657	17.264
Servidões de passagem	899	673	30.386	45.034
IUEE - prefeituras municipais	-	-	7.374	7.374
Cíveis e vara da fazenda	-	-	24.862	-
	2.355	679	78.279	69.672
Fiscais:				
Tributos federais	-	-	4.500	-
	-	-	4.500	-
Outros depósitos judiciais	10.518	4.405	-	-
	45.003	25.049	120.133	130.936

22. Patrimônio Líquido

O Capital Social em 31 de dezembro de 2004 representava R\$ 1.607.168 composto por 1.607.168.161 ações ordinárias pertencentes à Companhia Paranaense de Energia - Copel.

23. Receita Bruta de Vendas e Serviços

	R\$	
	2004	2003
Fornecimento de energia elétrica		
Residencial	1.651.363	1.365.309
Industrial	1.419.021	1.142.830
Comercial	915.035	727.051
Rural	210.549	166.748
Poder público	142.457	116.423
Iluminação pública	128.199	106.265
Serviço público	104.389	84.942
	4.571.013	3.709.568
Suprimento de energia elétrica		
Contratos iniciais	32.714	22.915
Contratos bilaterais	115.157	125.189
Venda comercializada - MAE (nota 33)	27.091	64.507
	174.962	212.611
Disponibilização da rede elétrica		
Rede elétrica	80.526	14.606
	80.526	14.606
Outras receitas operacionais		
Renda da prestação de serviços	11.040	13.022
Arrendamentos e aluguéis	45.011	26.789
Serviço taxado	7.222	7.046
Outras receitas	166	820
	63.439	47.677
	4.889.940	3.984.462

Número de Consumidores e Total de Fornecimento

	N.º de Consumidores (*)		MWh (*)	
	2004	2003	2004	2003
Consumidores				
Residencial	2.495.584	2.428.812	4.466.727	4.381.518
Industrial	50.032	49.064	7.825.439	8.178.329
Comercial	266.491	257.408	3.024.575	2.863.582
Rural	327.097	321.491	1.320.089	1.249.719
Poder público	30.009	29.373	469.729	455.176
Iluminação pública	6.667	5.208	685.578	671.510
Serviço público	3.619	3.553	551.210	542.456
Consumo próprio	571	580	21.874	19.608
	3.180.070	3.095.489	18.365.221	18.361.898
Revendedores				
Suprimento - curto prazo			1.214.988	6.149.963
Suprimento - contratos iniciais			483.446	468.000
Suprimento - contratos bilaterais			980.400	1.286.511
			2.678.834	7.904.474
			21.044.055	26.266.372

(*) Informações não auditadas.

24. Deduções da Receita Operacional

	2004	2003
Tributos sobre a receita		
COFINS	132.532	119.534
PIS	30.868	24.263
ICMS	1.133.883	912.474
ISSQN	-	1
	1.297.283	1.056.272
Encargos do consumidor		
Quota para reserva global de reversão - RGR	24.838	35.393
Encargos de capacidade emergencial	137.243	106.391
	162.081	141.784
	1.459.364	1.198.056

25. Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2004	2003
Eletrobrás (Itaipu)	439.494	395.664
Cia. de Interconexão Energética - CIEN	322.037	564.569
Itiquira Energética S.A.	68.189	39.220
MAE	31.536	13.140
COPEL Geração	701.148	756.906
Outras concessionárias	26.900	25.709
	1.589.304	1.795.208

26. Despesas Operacionais

	2004	2003
Despesas com vendas		
Materiais	120	215
Serviços de terceiros	15.227	15.448
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	65.418	17.787
Arrendamentos e aluguéis	24	18
Outras despesas	(3.356)	363
	77.433	33.831
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	46.207	106.691
Plano previdenciário e assistencial	12.997	16.598
Materias	9.447	6.827
Serviços de terceiros	59.661	54.853
Depreciação e amortização	11.183	11.646
Arrendamentos e aluguéis	11.310	9.484
Estorno ICMS a compensar - lei Kandir	107.721	-
Outras despesas	14.376	3.163
	272.902	209.262
Outras despesas operacionais		
Conta de consumo de combustível - CCC	186.158	125.056
Conta de desenvolvimento energético - CDE	103.199	42.650
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.469	3.487
Provisões Cíveis e Vara da Fazenda	24.862	-
Outras despesas	7.790	681
	326.478	171.874
	676.813	414.967

27. Pessoal

	Operação	Serv. Prestado	Administrativo	2004	2003
Remunerações	166.854	-	47.082	213.936	171.468
Encargos sociais	56.393	-	15.733	72.126	59.187
Auxílio alimentação e educação	17.781	-	3.738	21.519	15.921
Indenizações trabalhistas (*)	10	-	(22.112)	(22.102)	10.569
Participação nos resultados (nota 34)	7.029	51	4.090	11.170	9.600
(-) Transferências p/ imob. em curso	(14.400)	1.742	(2.323)	(14.981)	(13.753)
	233.667	1.793	46.208	281.668	252.992

(*) Líquidas das Reversões

28. Planos Previdenciário e Assistencial

A Copel Distribuição mantém planos de complementação de aposentadoria e pensão (“Plano Previdenciário”) e de assistência médica e odontológica (“Plano Assistencial”) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

Plano previdenciário

O atual Plano Previdenciário aos empregados é oriundo de um plano de “benefícios definidos”, o qual foi transformado em um plano de “contribuição definida” em 1998, denominado “Plano Previdenciário III”.

Naquela data, o direito proporcional adquirido pelos participantes, em função da mudança de plano, gerou uma dívida que foi assumida e registrada nas demonstrações contábeis da Copel, como patrocinadora única do plano, para ser amortizada em 240 parcelas mensais, vencíveis a partir de 1.º de fevereiro de 1999, atualizada pelo INPC e juros de 6% a.a..

Com a criação das subsidiárias integrais em 1.º de julho de 2001, o saldo daquela dívida, atualizado até então, foi transferido às mesmas, segregada individualmente com base em seus respectivos quadros de funcionários, existentes na data-base de cálculo da obrigação, ou seja, em 31 de dezembro de 1997, financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1.º de agosto de 2001. Como garantia destes contratos, as patrocinadoras autorizaram a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de propriedade das mesmas.

Em razão da celebração destes novos contratos individuais, o contrato firmado entre a Fundação e a Companhia, patrocinadora instituidora, foi rescindido, dando-se às partes a mais ampla quitação quanto aos direitos e obrigações oriundos daquele contrato, ficando, entretanto, a Companhia como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

Plano assistencial

Até agosto de 2001, a concessão de assistência médica aos funcionários e seus dependentes era feita diretamente pela Companhia, com administração da Fundação Copel. A partir daquela data, a Copel Distribuição implementou um plano de saúde aos seus empregados e dependentes, denominado “Plano Pró-Saúde”, que é custeado por contribuições mensais de ambas as partes, patrocinadoras e empregados, calculadas de acordo com critérios atuariais e normas vigentes, aplicáveis a este tipo de plano assistencial.

Para viabilizar a implementação e dar garantias financeiras ao novo plano Pró-Saúde, as subsidiárias integrais da Companhia aportaram fundos, em montante calculado por atuário especialmente contratado pela Fundação Copel, que foram registrados contra a obrigação reconhecida em 1.º de julho de 2001.

No exercício de 2004, a despesa incorrida com os planos previdenciário e assistencial foi:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2004	2003
Período pós-emprego	40.214	29.704	69.918	53.853
Empregados ativos	-	13.557	13.557	9.527
	40.214	43.261	83.475	63.380

29. Resultado Financeiro

	2004	2003
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.879	18.145
Juros e comissões	142.362	66.814
Variações monetárias	114.752	69.378
Encargos moratórios sobre faturas de energia	49.434	59.621
(-) Tributos e contrib. sociais s/ rec. financeiras	(10.083)	(10.776)
Atualização monetária - CVA	40.904	35.950
Juros sobre impostos a compensar	221	13.759
Outras receitas financeiras	3.933	16.318
	347.402	269.209
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	57.632	88.885
Variações monetárias e cambiais	48.082	9.108
Multas moratórias - fiscais e outras	7.454	2.431
Provisão para tributos federais	4.500	-
Outras despesas financeiras	23.658	41.676
	141.326	142.100
	206.076	127.109

30. Resultado Não-Operacional

	2004	2003
Prejuízo na desativação de bens e direitos	(6.891)	(5.586)
Ganho na alienação de bens e direitos	1.507	599
Outras despesas não operacionais	(907)	(434)
	(6.291)	(5.421)

31. Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

	2004	2003
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	331.245	(95.784)
IRPJ e CSLL (34%)	(112.622)	32.568
Efeitos fiscais sobre:		
Cálculo atuarial	(12.449)	(12.504)
Outros	818	50
Efeitos fiscais sobre:		
IRPJ e CSLL (34%)	(124.253)	20.113

32. Atualizações Tarifárias

a) Reajuste tarifário anual

Através da resolução n° 284, de 23 de junho de 2003, a ANEEL homologou as tarifas de energia elétrica aplicáveis aos consumidores finais da Companhia, estabeleceu a receita anual das instalações de conexão, fixou o valor anual da taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica e as tarifas de uso dos sistemas de distribuição.

O reajuste tarifário teria vigência a partir de 24 de junho de 2003, com aumento médio das tarifas em até 25,27%.

Como divulgado através de Fato Relevante, publicado em 27 de junho de 2003, com o objetivo de atenuar os impactos desse reajuste para os consumidores paranaenses, não permitindo eventual depressão do consumo, reduzir os níveis de inadimplência, premiar a pontualidade, por destinar-se aos consumidores em dia com suas faturas, e atrair novos consumidores, principalmente industriais, o Conselho de Administração da Companhia, em suas 60ª Reunião Extraordinária, de 26 de agosto de 2003, e 102ª Reunião Ordinária, de 09 de dezembro de 2003, determinou a concessão de desconto nas faturas de energia, no mesmo percentual do reajuste autorizado pela ANEEL, para consumidores adimplentes, medida também apreciada na 159ª Assembléia Geral Extraordinária, de 03 de outubro de 2003, rerratificada pela 160ª Assembléia Geral Extraordinária, de 13 de novembro de 2003.

A partir de janeiro de 2004, a Companhia decidiu por reduzir para 8,2% o percentual médio de desconto oferecido aos consumidores adimplentes. Tal decisão ocasionou elevação média de 15% no valor total das faturas de energia.

b) Revisão tarifária periódica

Os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica estabelecem que a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica dos valores das tarifas reguladas, alterando-os para mais ou para menos, tendo em vista as mudanças na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à realização de investimentos, à eficiência e à modicidade das tarifas.

Em 24 de junho de 2004, a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução n.º 146, com o resultado final da revisão tarifária periódica da Copel. Por essa resolução, o reajuste médio da Companhia foi da ordem de 14,43% sobre as tarifas objeto da Resolução n.º 284/2003. Esse reajuste é constituído por 9,17%, correspondente ao índice determinado pelo processo de revisão tarifária, e 5,26%, referentes à recuperação de custos já realizados (CVA).

Com o objetivo de controlar os níveis de inadimplência e incentivar o consumo de energia no Estado do Paraná, a Companhia resolveu continuar concedendo desconto para os consumidores com o pagamento de suas faturas em dia. Assim, sobre os valores da Resolução n.º 146/2004 (que contém o reajuste de 25,27% referente ao ano de 2003 e de 14,43% referente ao ano de 2004), a Companhia concedeu desconto de 12,5%, em média.

Com isso, o aumento médio repassado para os consumidores adimplentes, a partir de 24 de junho de 2004, foi em torno de 9%.

A partir de 1º de fevereiro de 2005, as tarifas da Companhia sofreram uma redução do desconto concedido, o qual passou a ser de 8,2%, em média, sobre os valores da Resolução 146/2004, resultando num reajuste tarifário médio de 5%.

Para viabilizar os descontos concedidos pela Copel Distribuição aos seus consumidores finais, a Copel Geração igualmente concedeu, em média 28% de desconto ao longo do exercício de 2004.

33. Mercado Atacadista de Energia – MAE

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da Agência Reguladora contidas no Despacho ANEEL n.º 288/2002 e na Resolução ANEEL n.º 395/2002, sendo objeto de contestação, cuja providência a Companhia já encaminhou pelas vias administrativas e judiciais contra aquelas decisões.

O pleito da Companhia está embasado substancialmente no fato do Despacho e da Resolução mencionados acima terem produzido alterações retroativas à data da ocorrência das operações, especificamente quanto a comercialização parcial da quota parte de Itaipu nos submercados sul e sudeste para atender contratos bilaterais de energia livre, durante o período de racionamento em 2001, quando havia discrepância significativa de preço da energia de curto prazo entre os mercados. O montante estimado em 31 de dezembro de 2004, relativo às diferenças de cálculo, é de aproximadamente R\$ 534.000, não reconhecido pela Companhia no passivo de energia a pagar.

Em 27 de agosto de 2002, a Companhia obteve liminar favorável expedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visando sustar a liquidação da contabilização determinada pelo Despacho n.º 288 e Resolução n.º 395 da ANEEL.

A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como sendo prováveis as chances de êxito quando da decisão final destes processos judiciais.

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (MAE) no exercício de 2004 está apresentada como segue:

	Valores a liquidar 31.12.2003	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar 31.12.2004
Ativo circulante (nota 6)				
Até dezembro de 2003	25.660	(25.660)	-	-
De janeiro a março de 2004	-	(296)	296	-
De abril a junho de 2004	-	(2.175)	2.175	-
De julho a setembro de 2004	-	(5.649)	5.649	-
De outubro a dezembro de 2004	-	(7.141)	11.212	4.071
	25.660	(40.921)	19.332	4.071
Passivo circulante				
De janeiro a março de 2004	-	(4.987)	4.987	-
De abril a junho de 2004	-	(34.019)	34.019	-
	-	(39.006)	39.006	-
	25.660	(1.915)	(19.674)	4.071

Os valores da energia no longo prazo referente as operações realizadas no período de dezembro de 2000 à dezembro de 2002, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por algumas empresas do setor, além da própria Copel, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho n.º 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico.

34. Participações nos Resultados

Desde 1996 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos.

Em conformidade com o Ofício Circular n.º 01/2003-CVM/SEP/SNC, de 16 de janeiro de 2003, que entre outros aspectos aborda que as participações em resultados não referenciadas nos estatutos devem ser classificadas como custo ou despesa operacional.

35. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados (a)	24/8/2005	207.680
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/8/2005	117.672
Responsabilidade civil (c)	24/8/2005	2.850
Engenharia (d)	24/8/2005	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/8/2005	apólice por averbação

a) Riscos nomeados – apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

b) Incêndio – imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e suas consequências.

c) Responsabilidade civil – apólice contratada pela COPEL, com importância segurada única, extensiva a todas Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

d) Riscos de engenharia – cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratado apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

e) Seguro de transporte – garantia por danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. Contratado a apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

36. Detalhamento da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Analítica)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003
(Valores expressos em milhares de reais)

ORIGENS	2004	2003
DAS OPERAÇÕES		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	206.992	(75.671)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	142.275	137.428
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(98.649)	(92.679)
Do realizável a longo prazo	(139.942)	(95.108)
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	126	164
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda estrangeira	(9.479)	(31.003)
Das debêntures	50.646	33.078
Do exigível a longo prazo	-	190
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	4.220	(17.226)
Provisões (reversões) no exigível a longo prazo	75.822	344.892
Fornecedores (CIEN)	-	272.000
Benefícios pós-emprego	70.370	60.941
Contingências trabalhistas	(23.910)	9.358
Reajuste tarifário de 1986	-	2.593
Cíveis / vara da Fazenda	24.862	-
Demais tributos federais	4.500	-
Baixas de realizáveis a longo prazo	70.225	2.958
ICMS a compensar	68.189	-
Depósitos judiciais	2.036	2.958
Baixas de investimentos	3	2
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	11.718	5.813
Total das despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido	205.614	381.188
Resultado ajustado	412.606	305.517
TOTAL DAS OPERAÇÕES	412.606	305.517
DE TERCEIROS		
Resgate de depósitos judiciais e cauções	25.000	-
Controladora e coligadas	31.862	108.586
Contribuições do consumidor	47.924	44.109
Empréstimos e financiamentos	25.412	-
Em moeda nacional	25.412	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Consumidores e revendedores	11.380	9.255
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	24.214	19.097
ICMS a recuperar	17.903	46.338
Conta de compensação da "parcela A"	205.231	80.176
Despesas pagas antecipadamente	-	-
TOTAL DE TERCEIROS	388.926	307.561
DA REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	49.140	-
TOTAL DAS ORIGENS	850.672	613.078

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Analítica)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003
(Valores expressos em milhares de reais)

APLICAÇÕES	2004	2003
No imobilizado	233.808	157.958
No realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	1.859	38.426
Parcelamento de débitos das prefeituras municipais	1.859	38.426
Repasse CRC ao Gov. do Estado do Paraná - reclassificação do circulante	170.149	-
ICMS a recuperar	1.987	12.018
Depósitos judiciais	21.989	28.170
Conta de compensação da "parcela A"	111.937	114.404
Conta de compensação da "parcela A" - reclassificação do circulante	-	78.846
Ativo regulatório PIS e COFINS	61.247	-
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	22.708	16.714
Em moeda nacional	11.882	5.997
Em moeda estrangeira	10.826	10.717
Debêntures	100.000	-
Fornecedores	32.227	6.516
Benefícios pós-emprego	91.154	70.204
Impostos, contribuições sociais e outras contas a pagar	-	2.286
RGR - ajuste anual parcelado	-	2.286
Contingências judiciais - líquidas dos depósitos	1.607	318
Consumidores - reajuste tarifário de 1986	1.607	318
No aumento do capital circulante líquido	-	87.218
TOTAL DAS APLICAÇÕES	850.672	613.078
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante inicial	967.675	754.927
Passivo circulante inicial	876.467	750.937
Capital circulante líquido inicial	91.208	3.990
Ativo circulante final	1.078.784	967.675
Passivo circulante final	1.036.716	876.467
Capital circulante líquido final	42.068	91.208
Aumento (redução) do capital circulante líquido	(49.140)	87.218

37. Eventos Subseqüentes

Redução no Desconto Tarifário - A partir de 1º fevereiro de 2005, o desconto médio concedido aos consumidores adimplentes passou a ser de 8,2% sobre as tarifas da Resolução ANEEL 146/2004, o que resultou num reajuste médio de 5%.

Debêntures – Em fevereiro de 2005, a Companhia repactuou, com sucesso, a 2ª série da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 100.000, à taxa DI mais 1,5% a.a.. Antes da repactuação, a taxa era DI mais 1,75% a.a..

2º Leilão de Energia - Em 02 de abril de 2005 ocorreu um novo Leilão de Energia Elétrica onde foram negociados 1,32 mil MW médios de energia de empreendimentos já existentes. O valor total negociado chegou a R\$ 7,72 bilhões e o evento teve a participação de 33 distribuidoras como compradoras e de 16 geradoras como vendedoras. As empresas fecharam contratos com prazo de duração de oito anos e entregas programadas a partir de 2008. O produto 2009 que fazia parte do leilão foi retirado pela comissão do leilão devido à desistência dos vendedores em função do baixo preço.

Embora a Companhia tenha informado ao MME a necessidade de aquisição de 80 MW médios para 2008 e 120 MW médios para 2009, devido ao mecanismo do leilão a energia efetivamente comprada foi 53,79 MW médios com tarifa de R\$ 83,13 /MWh para 2008 0 MW médios para 2009.

As demonstrações contábeis da COPEL Distribuição S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa e no Parecer do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná em 19 de abril de 2005.

CONSELHO FISCAL

PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI
Presidente
NELSON PESSUTI
ANTONIO RYCHETA ARTEN

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ IVAN MOROZOWSKI
Presidente
RUBENS GHILARDI
RONALD THADEU RAVEDUTTI

DIRETORIA

RONALD THADEU RAVEDUTTI
Diretor Superintendente
ELZIO BATISTA MACHADO
Diretor Adjunto
LUIZ ANTÔNIO ROSSAFA
Diretor Adjunto
MARCUS VINICIUS MANFRIN DE OLIVEIRA
Diretor Adjunto

CONTADOR

EDSON GILMAR DAL PIAZ BARBOSA
Contador - CRC-PR-023798/O-0
